



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



## BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89  
SISTEMA BNDDES

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório de Administração do Sistema BNDDES relativo ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### 1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, e de forma desigual por setores e por regiões geográficas.

Estados Unidos e China foram os principais motores da economia mundial em 2021, com crescimento no ano da ordem de 6% e de 8% respectivamente. Os dois países se depararam com reveses ao longo do ano: os EUA enfrentaram momentos de recrudescimento da pandemia com a chegada da variante delta, no terceiro trimestre; e a China defrontou-se com as crises domésticas nos setores de construção, de logística e de energia.

A recuperação da atividade foi acompanhada em todo o mundo por uma elevação nos preços ao produtor e ao consumidor. Além da retomada das atividades, que trouxe consigo um aumento na demanda por bens e serviços, o fenômeno inflacionário global foi acentuado pelo surgimento de gargalos produtivos, originados na escassez de insumos (inclusive mão-de-obra), em dificuldades na logística internacional, e na desorganização das cadeias produtivas, em especial aquelas mais internacionalizadas.

Dada a implementação de instrumentos variados de mitigação dos efeitos da pandemia sobre a renda disponível das populações em diversos países, houve também uma elevação na dívida pública em âmbito mundial. Esse aspecto, junto com a perspectiva cada vez mais próxima, em função da inflação alta, de elevação nos juros internacionais, se traduziu em um ambiente externo crescentemente desafiador para os países em desenvolvimento em 2021.

O Brasil está inserido nesse contexto geral. Estima-se que o crescimento do PIB em 2021 tenha sido ao redor de 4,5% (Relatório Focus do Banco Central de 7 de janeiro de 2022). Ao mesmo tempo, a crise hídrica e o padrão heterogêneo da retomada da economia brasileira contribuíram para elevações representativas nos preços de certos grupos de produtos, bens e serviços no país ao longo de 2021. A inflação medida pelo IPCA alcançou 10,06% no ano. Para moderar o ritmo de alta nos preços, a Selic (taxa de juros de referência do Bacen), que iniciou 2021 a 2,0% ao ano, foi sendo progressivamente elevada a partir de março, encerrando 2021 a 9,25% ao ano. O Real desvalorizou-se em cerca de 7% em 2021.

O avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por covid-19 no Brasil e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que atingiu 14,9% no primeiro trimestre do ano, passou a cumprir trajetória cadente a partir de abril, ficando em 12,1% no trimestre encerrado em outubro de 2021, com 12,9 milhões de pessoas desocupadas (dados disponibilizados pelo IBGE em 28/12/2021).

Na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2020, o contingente de ocupados no país aumentou em 8,7 milhões de trabalhadores. O nível de ocupação subiu para 54,6% no trimestre encerrado em outubro de 2021, o maior desde o início da pandemia. O trabalho informal teve contribuição relevante para o aumento da população ocupada: os trabalhadores por conta própria compõem a categoria que mais se expandiu na variação em um ano (mais 3,5 milhões). Em seguida, estão os empregados com carteira assinada (mais 2,6 milhões), e os trabalhadores sem carteira assinada (mais 2,0 milhões).

Apesar do quadro geral de recuperação econômica no Brasil em 2021, os dados do segundo semestre da atividade econômica indicam uma desaceleração na indústria e no comércio. Parte disso se deve, na indústria, a dificuldades de normalização da produção em virtude da já referida desorganização das cadeias de suprimento globais, que deve persistir até meados de 2022. No comércio, pesa o efeito do deslocamento da demanda por bens para o setor de serviços, devido à reabertura da economia. Observa-se ainda uma deterioração do consumo das famílias em virtude do baixo dinamismo da massa de rendimento real, com recuo de 1,9% na comparação do trimestre encerrado em outubro de 2021 com aquele encerrado em outubro de 2020.

Ainda não está claro qual será o ritmo de crescimento em 2022. De um lado, espera-se a continuidade da normalização das atividades e da melhora gradual do nível de ocupação, com os serviços seguindo como o principal setor a contratar mão-de-obra; de outro, acumulam-se fatores de incerteza, como a aversão ao risco dos mercados internacionais influenciando o dólar, a inflação, e a política monetária doméstica. Persiste ainda algum risco de novas ondas de contágio pelo coronavírus com o aparecimento de novas variantes, como no caso da ômicron. A mediana das estimativas de mercado para o PIB do Brasil em 2022 está em 0,28% (Relatório Focus, de 07/01/2022).

O Brasil precisa continuar expandindo seus níveis de investimentos para alcançar um processo consistente de crescimento econômico. Isso é válido para todos os segmentos, em especial para os setores de infraestrutura, que propiciam ganhos de competitividade sistêmica ao país, e para os setores agrícola e industrial, onde o investimento traz ganhos tecnológicos, além de capacidade produtiva. Tendo em vista o cenário mais desafiador para as economias emergentes, com ambiente de juros internacionais mais elevados, as iniciativas do Governo Federal nas concessões e privatizações e em prol de melhorias no ambiente de negócios serão decisivas para consolidar a retomada brasileira. O BNDDES continuará a aperfeiçoar sua parceria com as instituições públicas e privadas e com as empresas brasileiras para a promoção do desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e realização de investimentos no país. Esse cenário geral indica que a demanda por recursos do BNDDES se manterá em alta em 2022.

### 2. DESTAQUES DO EXERCÍCIO DE 2021

#### 2.1. Geração de Valor Público para a Sociedade



#### 2.2. Gestão

Com foco na política de desinvestimentos da BNDESPAR, auditoria de contas 2020 é certificada pela CGU

No âmbito da Auditoria Anual de Contas, a Controladoria-Geral da União (CGU) emitiu, em maio, certificado com "opinião sem ressalvas" sobre as contas do Banco no exercício de 2020, juntamente com relatório de avaliação do órgão de controle. A certificação sem ressalvas das contas demonstra que os atos de gestão do BNDDES auditados estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública.

#### Conta-Covid ganha prêmio internacional de financiamento estruturado

A Conta-Covid ganhou em janeiro o prêmio internacional *Deals of the Year Awards*, oferecido pelo grupo LatinFinance, na categoria de financiamento estruturado. O mecanismo é um empréstimo de R\$ 15,3 bilhões de um conjunto de bancos públicos e privados, sob a liderança do BNDDES, para preservar as contas das empresas do setor elétrico e reduzir o impacto da pandemia na conta de luz paga pelo consumidor.

#### Banco mantém liderança em ranking de responsabilidade socioambiental

O BNDDES foi o banco brasileiro mais bem avaliado na nova edição do Guia dos Bancos Responsáveis, lançado em fevereiro pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), em parceria com o Instituto Sou da Paz e as ONGs Conectas Direitos Humanos e Proteção Animal Mundial.

O documento avalia as políticas de sustentabilidade das maiores instituições financeiras do País em relação às empresas a que concedem crédito ou nas quais investem, utilizando metodologia do *Fair Finance International*, aplicada em 13 países. Com o desempenho, o BNDDES mantém a liderança conquistada na edição anterior do Guia, lançada em 2019.

#### Liquidação antecipada de passivos junto ao Tesouro Nacional

Foram liquidados antecipadamente, ao longo de 2021, R\$ 63 bilhões referentes ao passivo do BNDDES com o Tesouro Nacional. Além disso, foram enviados ao TCU os termos do acordo feito com o Ministério da Economia para um plano de liquidação antecipada de passivos junto ao Tesouro Nacional, conforme determinação proferida pelo tribunal de contas no Acórdão nº 56/2021-TCU-Plenário.

O valor acima inclui o pagamento antecipado, realizado pelo BNDDES em 1º de julho de 2021, de parcela do Instrumento Elegível ao Capital Principal – IECF no montante de R\$ 13,5 bilhões.

#### Matchfunding Salvando Vidas recebe Prêmio de Melhores Práticas da Alide

Maior programa de financiamento coletivo já realizado no Brasil, o *Matchfunding Salvando Vidas* recebeu em maio o prêmio Alide de Melhores Práticas nas Instituições Financeiras de Desenvolvimento. Desde o seu lançamento, em abril de 2020, o programa já mobilizou mais R\$ 100 milhões (um real do BNDDES para cada real doado por parceiros). Os recursos foram revertidos em insumos para mais de 600 hospitais filantrópicos e santas casas e em mais de 50 milhões de equipamentos de proteção individual (EPIs) — como máscaras, luvas, toucas e aventais — para os profissionais atuantes nessas instituições, que realizam atendimento pelo SUS em quase 500 cidades de todas as regiões do País. Também estão em processo de aquisição e entrega 15 usinas de oxigênio para atender as UTIs de hospitais regionais.

#### Banco e Coca-Cola Brasil assinam acordo de cooperação em projetos de impacto social e ambiental

O BNDDES assinou acordo de cooperação técnica (ACT) com a Coca-Cola Brasil com o objetivo de promover, nos próximos anos, projetos e iniciativas conjuntas de desenvolvimento sustentável que contribuam para gerar impactos sociais e ambientais

positivos para o Brasil em diversas frentes: acesso à água, proteção e reflorestamento de matas de bacias hídricas, reciclagem, agricultura sustentável, educação e apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O ACT formaliza projeto piloto da agenda de parceria ambiental, social e governança corporativa (ASG) do BNDDES com a Coca-Cola Brasil.

#### Com Gás Natural Açú (GNA), Banco realizou 1ª estruturação de debêntures de infraestrutura

O Banco realizou, em agosto, sua primeira estruturação de debêntures, participando da emissão total da Gás Natural Açú (GNA), de R\$ 1,8 bilhão. A operação contou com o BTG Pactual como coordenador-líder, além do BNP Paribas, do Bradesco e do ABC Brasil como coordenadores no sindicato. A estruturação é inovadora na história do BNDDES e faz parte da estratégia de atuar em parceria com o mercado de capitais para incentivar e alavancar o potencial impacto dos empréstimos.

#### Banco aderiu ao Pacto Global da ONU, fortalecendo transparência de medidas socioambientais

O Banco formalizou adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para a promoção de dez princípios nas áreas de meio ambiente, direitos humanos, trabalho e anticorrupção e para o envolvimento das empresas no avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O compromisso com o Pacto facilita a comunicação da atuação do BNDDES na agenda de sustentabilidade com os diversos públicos que acompanham sua atuação, em especial investidores que estão atentos às nossas atividades e o impacto que temos na economia brasileira.

#### BNDDES está entre empresas mais bem avaliadas em ranking mundial de sustentabilidade

O BNDDES está entre as empresas mais bem avaliadas do mundo pela Vigeo Eiris (V.E), agência de classificação associada à Moody's Corporation que avalia o desempenho das organizações de acordo com critérios ambientais, sociais e de governança (ASG). Entre as 4.913 empresas participantes do ranking mundial, o BNDDES se encontra na 86ª posição. Em mercados emergentes, entre as 848 organizações analisadas, o Banco está em 4º lugar.

#### Banco adota ferramenta de Scoring de Impacto para analisar projetos de investimento

O Banco adotou uma ferramenta para medir o impacto de suas operações. A Ferramenta SIM — sigla que corresponde à abreviação de *scoring de Impacto* — busca identificar, previamente à aprovação do apoio financeiro do BNDDES, os impactos econômicos, sociais e ambientais dos projetos apoiados, de maneira a atribuir uma pontuação que reflita o mérito do projeto em relação a seus impactos para a sociedade.

Ferramentas desse tipo são utilizadas por bancos de desenvolvimento internacionais, como BID, Banco Mundial e KfW. Trata-se de uma boa prática para instituições cuja finalidade é análoga à do BNDDES. Ela será aplicada a todas as operações, reembolsáveis ou não, que apresentem projetos de investimento e que sejam operacionalizadas no âmbito das esteiras de apoio Corporativa, Project Finance e Não-Reembolsável.

#### Operação do Banco com a Eixo SP leva prêmio internacional

Operação de R\$ 3 bilhões, divulgada pelo Banco em janeiro, com o objetivo de viabilizar investimentos nos sete primeiros anos de concessão do maior lote rodoviário já concedido no País, foi eleita o "Financiamento à Infraestrutura do Ano no Brasil". O título foi concedido pelo *Project & Infrastructure Finance Awards*, promovido pela revista Latin Finance.

#### Parceria entre Banco e EMBRAPPI vai gerar até R\$ 510 milhões em investimento para inovação

O Banco e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) assinaram, em novembro, acordo que destina R\$ 170 milhões a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) de empresas nacionais. Serão contempladas soluções inovadoras na área de transformação digital, defesa, novos materiais, bem como quatro temas relacionados à sustentabilidade social e ambiental: bioeconomia florestal, biocombustíveis, economia circular e tecnologias estratégicas para o Sistema Único de Saúde. Estima-se que a iniciativa promova até R\$ 510 milhões em investimentos totais em inovação à medida que o modelo operacional da EMBRAPPI alavanque recursos privados ao exigir o cofinanciamento do setor empresarial e participação econômica de instituições de ciência e tecnologia (ICTs) nos projetos apoiados pela instituição.

#### Relatório Anual do Banco é 1º lugar em prêmio da Associação Brasileira de Companhias Abertas

O Relatório Anual 2020 do Banco foi premiado com o primeiro lugar na categoria Empresas Fechadas do 23º Prêmio Abrasca — Relatório Anual, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas. O documento está disponível no portal institucional e pode ser acessado em [www.bndes.gov.br/ra2020](http://www.bndes.gov.br/ra2020).

#### Banco recebe selo por fomento à presença feminina no Conselho de Administração

O Banco recebeu em dezembro o certificado *Women on Board (WOB)*, selo cujo objetivo é valorizar organizações que estimulam a existência de ambientes corporativos mais diversos e valorizam a presença de mulheres em seus conselhos de administração ou conselhos consultivos. Em parceria com a ONU Mulheres, o selo alerta para a importância da diversidade como investimento qualificado e incentiva a movimentação via pressão positiva por meio de seus pares.

Atualmente, o Conselho de Administração do BNDDES é 30% composto de mulheres; o Conselho Fiscal tem dois terços de mulheres entre seus membros titulares; o BNDDES também tem duas mulheres em sua Diretoria.

#### Com XP Asset, One7 e Acqio, Banco oferecerá R\$ 400 mi em crédito a MPMEs

O Banco fará aporte de até R\$ 320 milhões em mais um fundo que ofertará crédito para micro e pequenas empresas: o FIC FIDC XP Brasil MPME, lançado em parceria pela XP Asset, a One7 e a Acqio.

Com um patrimônio consolidado de R\$ 400 milhões, o fundo possui a previsão de beneficiar empresas localizadas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. O objetivo é oferecer capital na ponta para empresas que careçam de crédito e ainda sofrem os efeitos decorrentes da pandemia de covid-19. Trata-se do primeiro produto da XP Asset em parceria com o BNDDES.

#### BNDDES aprova crédito permanente ao setor de bioinsumos

O BNDDES fortaleceu o apoio ao desenvolvimento sustentável no campo. A partir de agora é possível financiar a produção e a comercialização de bio insumos por meio do banco Finem (produto voltado a operações superiores a R\$ 20 milhões) e do BNDDES Crédito Rural Custeio (acessível a produtores de menor porte, inclusive pessoas físicas). A iniciativa contribui para o meio ambiente ao estimular aproveitamento de resíduos na própria atividade agropecuária. Além disso, reduz a dependência externa de insumos utilizados no campo.

### 3. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Para o BNDDES, só faz sentido pensar em desenvolvimento se ele for sustentável. Há quase 40 anos, quando quase ninguém ainda falava em sustentabilidade no Brasil, o BNDDES já priorizava o impacto socioambiental positivo e fomentava parcerias em busca desse objetivo.

Nosso foco é integrar a agenda econômica, social e ambiental, para que o país possa atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizar a transição justa para uma economia neutra em carbono e alcançar prosperidade econômica. Isso se traduz em toda a nossa forma de atuar, desde as políticas que regem nossas atividades, passando pelos nossos compromissos, até chegar nos resultados dessa atuação em prol do desenvolvimento sustentável.

2021 foi um ano de marcante evolução nas estruturas — organizacional e normativa — do BNDDES para incorporar temas nascentes na agenda social, ambiental e de governança (ASG), à medida em que tais discussões avançam na sociedade. Ao longo do ano, novos regulamentos, soluções financeiras, parcerias e instrumentos de transparência foram implantados, ampliando o leque de fatores sociais, de transparência, de relacionamento e, mais recentemente, climáticos que guiam a estratégia e as operações do Banco, conforme pode ser visto no quadro abaixo com os destaques do ano em ASG:



Para fortalecer esse propósito, formalizamos os Objetivos e Compromissos de Sustentabilidade do BNDDES, vinculados a resultados para a sociedade, para o planeta e para a prosperidade, e não aos valores dos apoios financeiros. Toda a seção de Desenvolvimento Sustentável do site institucional do BNDDES foi reformulada, trazendo maior transparência e facilidade no acesso às informações. O conteúdo passou a incluir, além de políticas e resultados, como a sustentabilidade é abordada no relacionamento entre o BNDDES e seus clientes e fornecedores, e nossas parcerias e soluções financeiras para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Outro fator de destaque foi a conclusão da etapa 2021 do projeto corporativo específico criado para concentrar e acelerar avanços ASG nos eixos de políticas, processos e governança, sistemas, relacionamento com investidores, capacitação e comunicação, tendo como principais eixos abordados no quarto trimestre:

- o aprimoramento de ferramentas para aferição de impacto e efetividade focadas em fatores ASG;
- a revisão de procedimentos operacionais com foco em risco socioambiental;
- a revisão do regulamento e procedimentos para operações com o Fundo Socioambiental; e
- a realização de campanha publicitária sobre atuação do BNDDES no tema ASG.

A evolução da temática de sustentabilidade também passa pela conexão com a rede de instituições que lidera esforços nessa

1 Para saber mais sobre os objetivos e compromissos de sustentabilidade do BNDDES e conhecer as metas associadas a eles, acesse <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/nossos-compromissos/>





área. Reforçando o papel do BNDES de catalisador da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, em 2021 nos juntamos a duas das maiores iniciativas globais de promoção do desenvolvimento sustentável, o Pacto Global e o Clube de Investidores do CDP (Carbon Disclosure Project).

O Pacto Global é uma das maiores iniciativas de sustentabilidade corporativa do mundo, e conta com mais de 16 mil membros, distribuídos em 69 redes locais, que abrangem 160 países. A adesão expressa mais um compromisso do BNDES em avançar na agenda ASG, juntando-se a um programa de grande magnitude e que proporcionará o acesso a um repertório vasto de instrumentos e ferramentas para facilitar a incorporação de melhores práticas nos campos de direitos humanos, meio ambiente, trabalho e combate à corrupção.

Ao se tornar um investidor signatário do CDP, o BNDES visa impulsionar a transparência ambiental corporativa por meio da solicitação anual de reporte, passando a integrar uma rede de mais de 590 investidores, que representam cerca de US\$ 110 trilhões em ativos sob gestão.

Também no campo das parcerias, em 2021 o BNDES se tomou parte de grupos relacionados a mitigação e adaptação climática e biodiversidade, com destaque para a *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD). Tendo iniciado sua participação em 2020 como integrante do Grupo de Trabalho Informal que deu suporte ao lançamento da iniciativa em junho/2021, a partir deste lançamento passamos a fazer parte do Fórum da TNFD, grupo de instituições ao redor do globo que permanecem dando suporte à iniciativa.

**Economia Verde e Desenvolvimento Social**

Em 2021, foram desembolsados R\$ 7,8 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões no último trimestre, para projetos ligados à Economia Verde, que compreende setores como eficiência energética, energias renováveis, florestas, gestão da água e esgoto, e melhorias agrícolas.

Dentre eles, o grande destaque permanece sendo o segmento de energias renováveis, que recebeu R\$ 4,9 bilhões, aproximadamente 62% dos desembolsos no ano, seguido por melhorias agrícolas (R\$ 1,2 bilhão), florestas (R\$ 577 milhões) e gestão de água e esgoto (R\$ 466 milhões).

Os setores de educação, gestão pública, desenvolvimento urbano e regional, inclusão produtiva, responsabilidade social e saúde compõem o indicador de desenvolvimento social, que recebeu R\$ 9,98 bilhões em desembolsos em 2021, sendo R\$ 1,8 bilhão no quarto trimestre.

Neste segmento, o grande foco no período foram os projetos vinculados a desenvolvimento urbano e regional, para os quais foram desembolsados R\$ 7,98 bilhões, cerca de 80% do total do indicador, seguido pelo setor de saúde, com R\$ 1,4 bilhão.

Juntos, os segmentos de economia verde e social respondem por 53,5% do saldo da carteira de operações diretas e indiretas não automáticas do BNDES, demonstrando, mais uma vez, nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Mais informações sobre os indicadores de Economia Verde e Desenvolvimento Social podem ser consultadas em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/desembolsos-em-economia-verde-e-desenvolvimento-social/desembolsos-economia-verde-desenvolvimento-social/>.

**Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Desde 2019, o BNDES também acompanha seu desempenho operacional em relação às contribuições para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano de 2021, 178,7 mil operações receberam desembolsos vinculados a pelo menos um dos ODS, que totalizaram R\$ 53,5 bilhões – 83,1% dos desembolsos totais no período. Dentre os ODS, os de maior destaque no ano foram Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9, R\$ 27,9 bilhões), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8, R\$ 26,3 bilhões) e Energia Limpa e Acessível (ODS 7, R\$ 15,9 bilhões).

Esses desembolsos se desdobram em entregas para a sociedade, que beneficiam diretamente a vida dos brasileiros. Em todo o ano de 2021, foram contratadas novas operações associadas aos ODS que, por exemplo, viabilizaram a instalação de 1.730 MW de geração eólica, dos quais 1.256 MW apenas no último trimestre do ano, a implementação de 3.197 km de rede de distribuição de gás natural, a aquisição de 22 carros, construção de 15 estações, 15,3 km de extensão de via e atendimento a 633 mil usuários/dia para a linha 6 do metrô de São Paulo, a implementação de tecnologias sociais de acesso à água em escolas públicas rurais, com a construção de 2.142 cisternas e o desenvolvimento local de 250 novos hardwares e 150 novos softwares.

Saiba mais sobre os desembolsos do BNDES para os ODS em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/ods/>.

Saiba mais sobre as entregas à sociedade vinculadas aos ODS em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade/efetividade/entregas-associadas-ods/>.

**Transição para a economia neutra em carbono**

Em novembro/2021, lançamos o Painel NDC, um desdobramento do Painel ODS com foco em clima, informando nossa contribuição para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC na sigla em inglês) do Brasil, que estipulou as metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O lançamento do Painel BNDES NDC foi realizado durante a COP-26 com o objetivo de apresentar como o Banco vem contribuindo para o Brasil alcançar os seus compromissos no Acordo de Paris. No ano de 2021, os desembolsos que apoiam a transição para a economia neutra em carbono alcançaram R\$ 5,9 bilhões para os setores energia, florestas e mobilidade urbana.

Além da comunicação dos nossos desembolsos e indicadores de resultados, apresentamos também as emissões de GEE que foram evitadas com os projetos apoiados pelo BNDES nos setores de Energia, Florestas e Mobilidade Urbana. Somados, os projetos destes setores evitaram a emissão de 74,7 milhões de toneladas de CO2eq3. O cálculo leva em consideração toda a vida útil dos projetos aprovados a partir de 2015, na modalidade direta, e os desembolsos associados a eles possibilitaram, dentre outros, o plantio de 1,8 milhão de mudas e 830 mil ha de florestas, a expansão de 31 km de malha de metrô e 17 km de BRT, e a instalação de 1.899 MW de capacidade de geração de energia solar.

Saiba mais sobre os desembolsos do BNDES para a transição para uma economia neutra em carbono em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/emissoes-evitadas/painel-desembolsos-ndc/>.

Saiba mais sobre nossa contribuição para as metas de redução de emissões do Brasil em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/emissoes-evitadas/emissoes-evitadas/>.

**4. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**4.1. Política Operacional**

Em 2021 foram aprovadas uma série de ações de aprimoramento no portfólio de soluções financeiras e serviços do Banco, com destaque para instrumentos de apoio da Agenda Socioambiental, Infraestrutura, Setor Agrícola, e Serviços de Estruturação de Projetos.

Na agenda Socioambiental, destacamos as seguintes iniciativas:

**Programa Fundo Clima:** Revisão do Programa Fundo Clima com ampliação de escopo de empreendimentos apoiáveis, tais como P&D de componentes e sistemas dedicados a aeronaves e embarcações movidas a fontes renováveis e sistemas dedicados a recarga elétrica ou a hidrogênio, desenvolvimento tecnológico da energia oriunda de resíduos sólidos urbanos e o armazenamento de energia, inclusão de plantio florestal com espécies nativas para fins de sistemas agroflorestais, e inclusão do apoio a investimentos em unidades de conservação públicas ou em áreas privadas com objetivo de conservação de ecossistemas.

**Fundo Socioambiental:** Revisão do Fundo Social com ajustes nos objetivos, ampliação do escopo para apoio a projetos de educação na modalidade apoio continuado e alteração do nome para BNDES Fundo Socioambiental.

**Produto BNDES Finem:** Alterações nas linhas e sublinhas do Produto BNDES Finem relacionadas à cadeia de gás natural para reforçar o apoio ao setor e inclusão da possibilidade de financiamento a caminhões elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica e a veículos (ônibus e caminhões) movidos a gás natural ou a biomatano na Linha Incentivada.

**Matchfunding Floresta Viva:** iniciativa de financiamento coletivo para restaurar florestas e bacias hidrográficas nos biomas Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica. A cada R\$ 1 doado pelas empresas parceiras, BNDES entra com mais R\$ 1, com projeção de até R\$ 500 milhões em até 7 anos.

**Programa BNDES Crédito ASG:** Criação de novo programa com o objetivo de fomentar a melhoria de indicadores ambientais e sociais de empresas. O Programa prevê o apoio a cinco setores/segmentos: (i) cadeia da madeira voltada para reflorestamento; (ii) fabricantes de equipamentos para a cadeia de energia renovável; (iii) conectividade; (iv) mineração; e (v) siderurgia. A ideia é que tais setores, selecionados por serem claramente vinculados à agenda ASG ou por necessitarem de apoio em direção à transição para tecnologias mais limpas, sejam pilotos para uma possível expansão futura do programa.

**Programa BNDES Parques e Florestas:** Criação de programa voltado ao apoio às Concessões Públicas de Parques e Florestas, com o objetivo de apoiar investimentos no âmbito de Concessões Públicas de Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, naturais ou urbanos, e de Concessões Florestais, contribuindo para a redução do desmatamento, conservação ambiental, educação ambiental e/ou desenvolvimento turístico dos municípios que abrigam ou estão no entorno desses ativos.

**Fundo BNDES Blendend Finance:** Criação de fundo com o objetivo de desenvolver novos modelos e instrumentos financeiros utilizando desenhos híbridos ou combinados ("Blendend Finance") para suprir demanda dos agentes do ecossistema de investimentos socioambientais e do mercado financeiro por soluções de estruturas e produtos financeiros que contenham atributos com elevados padrões de governança, eficácia, transparência, efetividade e eficiência.

**Produtos BNDES Finame e Finame Direto:** Alteração nos Produtos BNDES Finame e Finame Direto para melhor refletir a relação de itens apoiáveis no escopo de produtos de baixa emissão de carbono.

Em relação à agenda de Infraestrutura, destacam-se os seguintes aprimoramentos:

**Produto BNDES Serviços Coordenação em Ofertas Públicas:** criação de arcabouço normativo para prestação dos serviços de coordenação em ofertas públicas de renda fixa pelo BNDES, com a possibilidade da oferta de garantia firme.

**Produto BNDES Debêntures em Ofertas Públicas:** revisão de portfólio de instrumentos com a consolidação do apoio via debêntures em produto único, denominado Produto BNDES Debêntures em Ofertas Públicas, com maior aderência às práticas de mercado e simplificação de regras e processos.

**Programa BNDES Crédito Cerealistas:** criação com o objetivo de apoiar empresas cerealistas por meio de financiamento para investimento em obras civis e para aquisição de máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e à expansão da capacidade de armazenagem de grãos.

**Produto BNDES Finem:** alteração para a inclusão do apoio à produção de bioinsumos e a conectividade no campo, inclusão do apoio à renovação e ampliação de canais com a possibilidade de operacionalização por meio da Esteira Simplificada; e inclusão da previsão do uso da Taxa Fixa do BNDES (TFB) em Produção de alimentos e biocombustíveis.

Destacamos ainda a renovação dos **Programas Agrícolas do Governo Federal – INOVAGRO, MODERAGRO, MODERFROTA, PCA, PROCAP-AGRO, PRODECOOP, PROGRAMA ABC, PROIRRIGA, PRONAF e PRONAMP** – com taxas equalizadas pelo Governo Federal e destinados a financiar o Ano Agrícola 2021/2022.

Em relação aos instrumentos de apoio para prestação de serviços de Estruturação de Projetos, destacam-se:

**Produto BNDES Estruturação de Projetos:** Alterações de remuneração que permitirão obter, a título de remuneração, valor mais ajustado à percepção do mercado de projetos bem-sucedidos que mobilizem montantes mais elevados de capital privado. Adicionalmente, foram excluídos todos os elementos relacionados a Estruturação de Projetos Imobiliários para a criação de instrumento próprio.

**Produto BNDES Estruturação de Projetos Imobiliários:** Criação do instrumento especificamente voltado para o segmento e alinhado às práticas do mercado imobiliário, com o objetivo de promover maior eficiência na contratação de processos de negociação e celebração de termos contratuais.

**Fundo de Estruturação de Projetos – BNDES FEP:** Alterações para a criação da modalidade Estruturação, que viabiliza o apoio à estruturação de Projetos ASG de relevante interesse social, bem como a estruturação de Projetos-Piloto dotados de alto potencial de escalabilidade, de geração de novos negócios para o Banco e atração de recursos privados.

Importante também mencionar o aprimoramento na Linha Exim Automático do **Produto BNDES Exim Pós Embarque**, com o aumento do prazo máximo do financiamento e a possibilidade de instituição financeira no Brasil atuar como devedora, na qualidade de confirmadora da carta de crédito, permitindo que o BNDES Exim Automático atenda a um número maior de operações.

Destaca-se, por fim, o aprimoramento das Políticas Operacionais por meio da Revisão das Orientações Básicas, com a inclusão de novos parâmetros, padronizações, simplificações e atualizações de regras, além da revisão de atividades passíveis de apoio e a introdução da Lista de Exclusão, anexo que consolida todas as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES em um único documento.

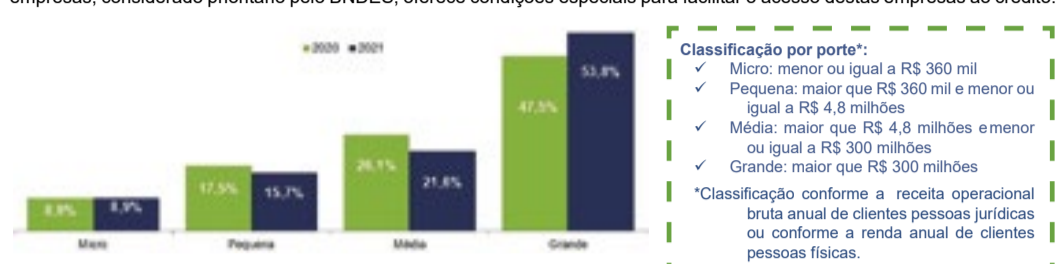
<sup>2</sup> Uma mesma operação pode estar vinculada a mais de um ODS.

<sup>3</sup> Dióxido de carbono equivalente, unidade de medida utilizada para aferição de emissões de GEE.

**4.2. Perfil dos Desembolsos**

**Desembolsos por Porte (R\$ milhões)**

Apresentamos abaixo os desembolsos por porte, cuja classificação permite ao BNDES uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, considerado prioritário pelo BNDES, oferece condições especiais para facilitar o acesso destas empresas ao crédito.



**Classificação por porte\*:**

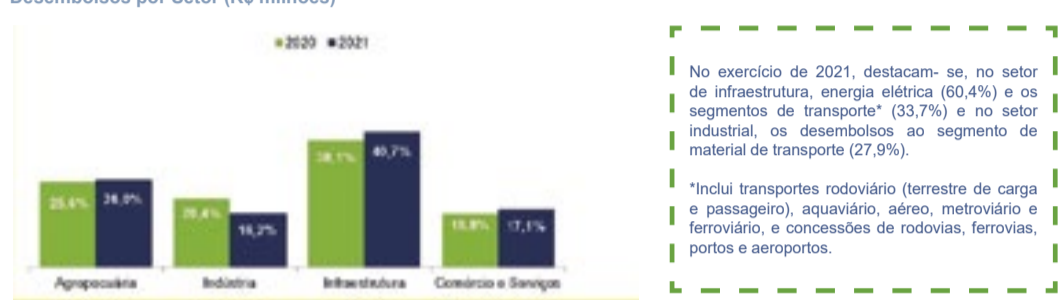
- ✓ Micro: menor ou igual a R\$ 360 mil
- ✓ Pequena: maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões
- ✓ Média: maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
- ✓ Grande: maior que R\$ 300 milhões

\*Classificação conforme a receita operacional bruta anual de clientes pessoas jurídicas ou conforme a renda anual de jurídicas pessoas físicas.

Os desembolsos do Banco no exercício de 2021 acumularam R\$ 64,3 bilhões, um desempenho no mesmo patamar de 2020.

O número de operações alcançou 191.093 no exercício de 2021, uma redução de 14,6% diante das 223.774 operações em 2020. O número de operações com grandes empresas cresceu 44,3% entre os períodos, enquanto houve quedas de 26,8% das operações com pequenas empresas, de 20,7% das operações com médias empresas e de 4,8% das operações com microempresas.

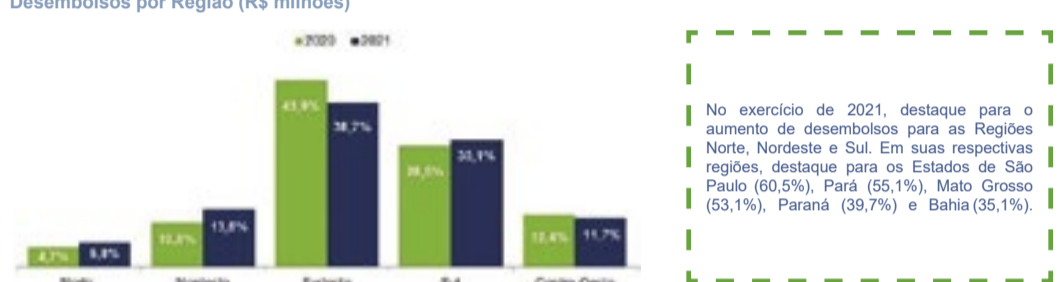
**Desembolsos por Setor (R\$ milhões)**



No exercício de 2021, destacam-se, no setor de infraestrutura, energia elétrica (60,4%) e os segmentos de transporte\* (33,7%) e no setor industrial, os desembolsos ao segmento de material de transporte (27,9%).

\*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metropolitano e ferroviário, e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

**Desembolsos por Região (R\$ milhões)**



No exercício de 2021, destaque para o aumento de desembolsos para as Regiões Norte, Nordeste e Sul. Em suas respectivas regiões, destaque para os Estados de São Paulo (60,5%), Pará (55,1%), Mato Grosso (53,1%), Paraná (39,7%) e Bahia (35,1%).

**5. FINANCIAMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS**

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insuportado para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo-Produto de 2015 divulgados pelo IBGE. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

**Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES**

(desembolsos e aumento de demanda final em R\$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final <sup>1</sup>	Emprego		
			Direto	Indireto	Total
2020	64.921	57.421	502	343	845
2021	64.303	58.320	476	327	803

Fontes: BNDES e IBGE. Autoria: BNDES, RJ, 2022.  
<sup>1</sup> Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

Em 2021 os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R\$ 64,3 bilhões em valores correntes e representaram cerca de R\$ 58,4 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 803 mil. A queda de 5% desse indicador em relação ao resultado de 2020 (845 mil) reflete a combinação do crescimento de 2% da demanda final no mesmo período de comparação com o avanço de cerca de 7,6% da média dos índices de preços setoriais em 2021.

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2021 apresentou resultados muito próximos a 2020, com 59% compostos por empregos diretos e 41% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia apresentou ligeira queda, passando de 13 em 2020 para 12,5 em 2021, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados se tornou relativamente menos concentrada em setores que geram ou mantêm mais emprego ao investir.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: (i) construção civil; (ii) serviços prestados às empresas e às famílias e serviços de manutenção; (iii) agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca; (iv) comércio; e (v) máquinas e equipamentos, e móveis e produtos das indústrias diversas. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, em 2021, a cerca de 83% do total estimado para os recursos do BNDES.

**6. BANCO DE SERVIÇOS**

No âmbito da consolidação da atuação do BNDES como o banco de serviços do Estado brasileiro, promovemos a integração entre as Diretorias de Privatizações e de Infraestrutura, Concessões e PPPs em uma nova Diretoria de Concessões e Privatizações, fortalecendo a coordenação das agendas de estruturação de projetos de desestatização e, assim, otimizando a gestão da "Fábrica de Projetos".

Nossa atuação como "Fábrica de Projetos" envolve estruturar projetos e prestar serviços de assessoria para entes públicos, participando das várias etapas do processo de estruturação de projetos nas esferas federal, estadual e municipal, desde o planejamento até a assinatura do contrato do ente público com o parceiro privado, incluindo o apoio na atração de investidores nacionais e internacionais.

Concluímos o ano de 2021 com 159 projetos mandatados em diferentes setores, com um capital mobilizado, incluindo investimentos e outorga, estimado em R\$ 382 bilhões alcançando 22 empresas estatais.



Atuando como Fábrica de Projetos, desempenhamos papel estratégico na coordenação de esforços e recursos (públicos e privados) para viabilizar projetos de diferentes segmentos, possibilitando a redução de gargalos e a geração de oportunidades de investimento.

Os principais destaques em 2021 foram:

- **Leilão Saneamento Rio de Janeiro (Blocos 1, 2, 3 e 4):** resultou na maior concessão da história do país e possibilitará o acesso à água e à coleta e tratamento de esgoto para 14,2 milhões de pessoas em 49 municípios do estado do Rio de Janeiro, com impacto transformador sobre a realidade atual em que apenas metade da população dispõe de esgotamento sanitário. O projeto levantou R\$ 24,9 bilhões em outorgas e ainda prevê a realização de R\$ 32 bilhões em investimentos;

<sup>4</sup>O valor da demanda final por investimentos fixo deflacionada para preços de 2015, ano de referência do modelo, para realizações das estimativas. Assim, quanto maior o avanço dos preços no período menor será o valor que alimenta o modelo



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fjp.gazetasp.com.br>

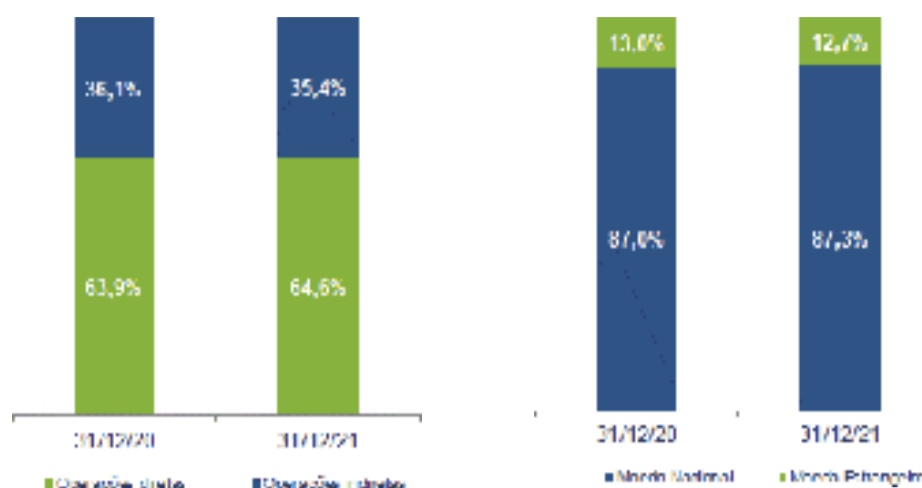


MINISTÉRIO DA ECONOMIA



- Leilão Companhia de Estado de Gás do Rio Grande do Sul – Sulgás:** o leilão da Sulgás foi o primeiro no setor após o estabelecimento do Novo Mercado de Gás - Lei 14.134 (publicada em abril de 2021), retomando uma prática que não acontecia há mais de 20 anos. Além disso, de forma inédita, houve a negociação de participação em uma empresa fora do eixo Rio-São Paulo;
- Leilão Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D:** são esperados novos investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão para os próximos cinco anos, o que beneficiará cerca de 1,8 milhão de clientes em 72 municípios, incluindo a Região Metropolitana de Porto Alegre. A troca do controle era necessária para evitar a evolução do processo de caducidade do contrato de concessão em andamento na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Após a conclusão da venda, a CEEE-D seguirá responsável por dívidas bancárias, obrigações fiscais e previdenciárias superiores a R\$ 3,5 bilhões; e
- Leilão Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA:** representa um marco importante por se tratar da décima empresa distribuidora de energia elétrica com processo de privatização estruturado com sucesso pelo BNDES ao longo dos últimos cinco anos, resultando em uma mudança estrutural do setor de distribuição de energia no Brasil. Em conjunto, considerando também o leilão da CEEE-T, estes 11 projetos totalizam investimentos estimados em R\$ 13 bilhões apenas nos primeiros cinco anos após os leilões e a transferência para o setor privado de dívidas da ordem de R\$ 19 bilhões.

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses



Sobre as operações de repasses não é cobrado spread de risco, mas sim uma taxa de intermediação financeira mínima de 0,15% a.a. (operações contratadas após 09 de maio de 2018).  
Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.  
TJLP/TLP e o Dólar norte-americano são os principais indexadores da carteira de crédito. Respondem, respectivamente, por 68,3% da carteira em moeda nacional\* e 97,8% da carteira em moeda estrangeira em 31/12/21.  
\*Inclui operações equalizadas pelo TN.

Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar sua gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível. Em 31/12/21, a provisão para risco de crédito atingiu R\$ 19,735 bilhões, representando uma leve redução de 1,4% em relação ao fim de 2020, que decorreu sobretudo da melhora do cenário da pandemia. Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 91,3% da carteira total em 31/12/21. Essa posição é levemente inferior à média de 91,9% do SFN em 30/09/21, como pode ser isto no quadro abaixo:

Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses em 31 de dezembro de 2021

Níveis de Risco	Sistema BNDES	SFN <sup>1,2,3</sup>	Instituições Privadas <sup>2,3</sup>	Financeiras	Instituições Públicas <sup>2,3</sup>	Financeiras
AA-C	91,3%	91,9%		92,3%		91,5%
D-G	6,1%	5,5%		5,4%		5,6%
H	2,7%	2,6%		2,4%		2,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%		100,0%	

<sup>1</sup> Sistema Financeiro Nacional.  
<sup>2</sup> Fonte: BACEN.  
<sup>3</sup> Em 30 de setembro de 2021. Última informação disponível.

O índice de cobertura, relação que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes (30 dias), permanece confortável, a despeito da queda no exercício.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do índice de inadimplência, para 0,31% em 31/12/21, conforme se pode observar no gráfico abaixo:



Inadimplência e Renegociação (%)

O indicador de renegociação do Sistema BNDES permanece impactado pelo produto Standstill - Covid19. A despeito da queda em jun/21 e set/21, o indicador aumentou em dez/21 em virtude do programa Standstill - Setor Elétrico. Os créditos renegociados nos últimos 12 meses alcançaram R\$ 69,6 bilhões, atingindo 15,17% da carteira bruta de crédito e repasses em dez/21. Desconsiderando as operações no âmbito do Standstill, o índice de dez/21 seria de 1,66%.



Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Compreende, basicamente, títulos públicos federais e debêntures, que representavam 82,9% e 6,8%, respectivamente, da carteira de R\$ 105,670 bilhões em 31/12/21.

A carteira de títulos públicos federais apresentou uma redução de R\$ 18,651 bilhões (17,5%) no exercício, em função, principalmente, da venda de títulos. Houve significativa queda na carteira de debêntures, no montante de R\$ 4,458 bilhões (38,3%), em função, principalmente, da venda da totalidade das debêntures participativas da Vale em carteira, numa operação de R\$ 3,8 bilhões, além do vencimento e conversão de alguns investimentos.

Participações Societárias

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas. Do total da carteira em 31/12/21, 77,4% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 17,7% em sociedades coligadas, e os 4,9% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 66,593 bilhões em 31/12/21, uma redução de R\$ 11,353 bilhões (14,6%) no exercício, tendo como principal razão a venda de ações de Vale e Klabin. Essas alienações tem o intuito de realocar os recursos em outras atividades, bem como de reduzir o grau de exposição à volatilidade do mercado. Os fundos<sup>5</sup> de participações apresentaram aumento de 43,5% no exercício devido principalmente ao fluxo de investimentos líquidos e à valorização de cotas no período.

Disponibilidades

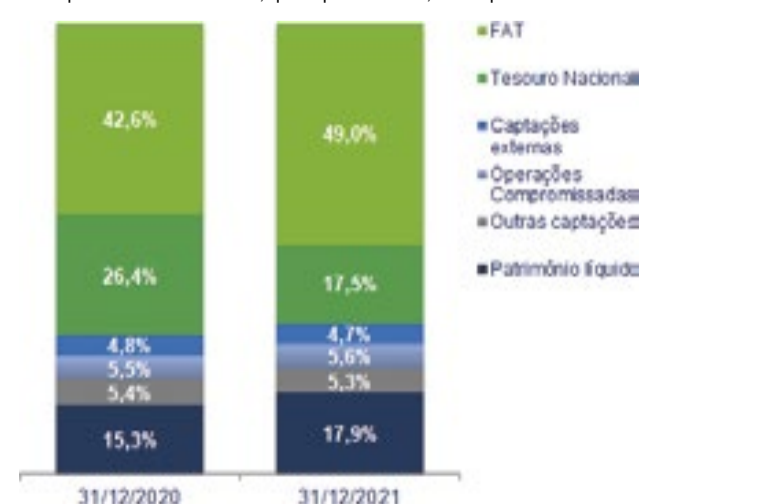
Com um saldo de R\$ 95,299 bilhões, manteve-se no mesmo patamar do exercício anterior (redução de R\$ 1,822 bilhão - 1,9%).

Outros Ativos

Com um saldo de R\$ 30,077 bilhões em 31/12/21, composto principalmente por créditos tributários/tributos a recuperar (R\$ 19,280 bilhões) e direitos a receber Itaipu (R\$ 5,046 bilhões), a redução de 13,8% no exercício foi influenciada principalmente pela amortização de recebíveis de Itaipu.

Fontes de Recursos

Fontes governamentais, como o FAT e o Tesouro Nacional, representam parcela significativa da estrutura de funding<sup>6</sup> do BNDES, respondendo por 66,5% das fontes de recursos em 31 de dezembro de 2021 (69,0% em 31 de dezembro de 2020), não considerando nesse cálculo os passivos não-onerosos, que representam 3,8% do passivo total do BNDES ao fim do exercício.



<sup>5</sup> Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.3 às Demonstrações Financeiras BNDES relativas ao período encerrado em 31/12/2021.

<sup>6</sup> Mais informações sobre as fontes de recursos do BNDES podem ser encontradas em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/fontes-de-recursos>.

Outros resultados entregues em 2021 são:

- Foram assinados 31 novos contratos de desestatização, 50 estudos foram entregues para clientes, 12 editais publicados e 11 leilões realizados;
- Saneamento: ao todo em 2021 foram leiloados 7 blocos de saneamento cuja população atendida é de aproximadamente 34 milhões de pessoas e o capital mobilizado nas operações perfaz o montante de R\$ 72 bilhões. Além desses, o BNDES segue na estruturação de mais 6 projetos de concessão e assessorando a desestatização da CORSAN;
- Venda de R\$ 11,47 bilhões em debêntures participativas da Vale que pertenciam ao banco e à União; e
- Energia elétrica: (i) publicação do edital da CEEE-G em dezembro de 2021 completando a última empresa do grupo CEEE a ser alienada e (ii) assinatura do contrato de compra e venda das companhias: CEB Distribuição, CEA, CEEE-T e CEEE-D.

Outro avanço importante foi a consolidação da agenda de concessões de Parques e Florestas, reforçando a atuação do BNDES na estruturação de parcerias em infraestrutura socioambiental. Atualmente, o BNDES conta com uma carteira de 52 projetos em unidades de conservação federais e estaduais. Dentre os resultados esperados, destacam-se:

- Preservação de 2,2 milhões de hectares de Florestas Nacionais na Amazônia;
- Triplidar o número de parques concedidos no Brasil até 2022, com benefícios para a preservação ambiental e para o desenvolvimento regional.

Destaca-se ainda a evolução da plataforma BNDES Hub de Projetos (<https://hubdeprojetos.bndes.gov.br>), que completou 1 ano em novembro de 2021. O objetivo do Hub é permitir aos investidores o acompanhamento da evolução de carteira da Fábrica de Projetos, ampliando a visibilidade dos projetos conduzidos pelo BNDES e disponibilizando informações úteis, como, por exemplo, os perfis setoriais. Dessa forma, espera-se reduzir assimetrias de informação e ampliar a competição pelos projetos de desestatização.

## 7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R\$ 34,069 bilhões no exercício de 2021, um crescimento de R\$ 13,388 bilhões (64,7%) diante de 2020. Apresentamos a seguir os principais destaques financeiros do período:



O crescimento do lucro entre os períodos é explicado pelo maior produto da intermediação financeira e maior resultado de participações societárias.

Em termos de resultado recorrente, o lucro recorrente foi de R\$ 15,797 bilhões em 2021, superior aos R\$ 8,022 bilhões de 2020, devido, principalmente, ao maior resultado com participações societárias, em especial a receita com dividendos/JCP, que foi R\$ 5,6 bilhões superior à receita de 2020.

Os ativos totais alcançaram R\$ 737,2 bilhões em 31/12/21, uma redução de R\$ 41,164 bilhões (5,3%) no exercício, explicada principalmente pela liquidação antecipada de R\$ 63 bilhões em recursos do Tesouro Nacional, em que estão incluídos os R\$ 13,5 bilhões do IECF.

Em relação às fontes de recursos, FAT e Tesouro Nacional respondem por 47,1% e 16,9% do passivo total em 31/12/21, respectivamente, com destaque para o ingresso de R\$ 22,2 bilhões em recursos do FAT e a já citada devolução antecipada de recursos ao Tesouro Nacional.

O crescimento de R\$ 13,994 bilhões (12,4%) do patrimônio líquido no exercício decorreu, principalmente, do lucro líquido de R\$ 34,069 bilhões, atenuados pelo ajuste de avaliação patrimonial negativa no período (R\$ 11,387 bilhões) e pelo pagamento de dividendos intermediários de R\$ 8,616 bilhões.

### 7.1. Principais Indicadores Econômico-Financeiros

	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2021	2020	Δ(%)	2S21	2S20	Δ(%)
<b>Resultado</b>						
<b>Produto de Intermediação</b>						
Financeira	19.883	12.814	55,2	8.846	5.759	53,6
Provisão para Risco de Crédito	2.719	-946	387,4	1.675	1.325	26,4
Participações Societárias	30.556	25.041	22,0	16.515	17.673	-6,6
Despesas Tributárias <sup>1</sup>	-15.783	-12.548	25,8	-6.078	-7.150	-15,0
Outras Despesas, líquidas	-3.306	-3.680	-10,2	-2.005	-1.887	6,3
<b>Lucro Líquido</b>	<b>34.069</b>	<b>20.681</b>	<b>64,7</b>	<b>18.953</b>	<b>15.720</b>	<b>20,6</b>

<sup>1</sup> Inclui tributos sobre o lucro.

	31/12/2021	31/12/2020	Δ(%)	31/12/2021	30/06/2021	Δ(%)
<b>Posição Financeira</b>						
<b>Ativo Total</b>	<b>737.178</b>	<b>778.342</b>	<b>(5,3)</b>	<b>737.178</b>	<b>728.460</b>	<b>1,2</b>
Carteira de Créd e Repasses, líquida	439.539	446.946	(1,7)	439.539	428.514	2,6
Títulos e Valores Mobiliários <sup>2</sup>	105.670	121.429	(13,0)	105.670	101.215	4,4
Participações Societárias	66.593	77.946	(14,6)	66.593	69.260	(3,9)
Sociedades Não Coligadas	51.512	64.785	(20,5)	51.512	54.544	(5,6)
Sociedades Coligadas	11.793	10.869	8,5	11.793	11.335	4,0
Outros	3.288	2.292	43,5	3.288	3.381	(2,8)
Disponibilidades	95.299	97.121	(1,9)	95.299	96.352	(1,1)
Outros Ativos	30.077	34.900	(13,8)	30.077	33.119	(9,2)
<b>Passivo Total</b>	<b>737.178</b>	<b>778.342</b>	<b>(5,3)</b>	<b>737.178</b>	<b>728.460</b>	<b>1,2</b>
Recursos de Terceiros	610.181	665.339	(8,3)	610.181	606.154	0,7
FAT	347.355	314.989	10,3	347.355	326.443	6,4
Tesouro Nacional <sup>3</sup>	124.415	195.259	(36,3)	124.415	151.246	(17,7)
Captações Externas	33.398	35.398	(5,7)	33.398	32.717	2,1
Outras Fontes Governamentais	32.163	34.679	(7,3)	32.163	32.570	(1,3)
Operações Compromissadas	39.825	40.522	(1,7)	39.825	29.392	35,5
Outras Obrigações	33.025	44.492	(25,8)	33.025	33.786	(2,3)
Patrimônio Líquido (PL)	126.997	113.003	12,4	126.997	122.306	3,8
PL/AT	17,2%	14,5%		17,2%	16,8%	

<sup>2</sup> Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".

<sup>3</sup> Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	30/06/2021
<b>Crédito</b>				
Índice de Inadimplência (30 dias) <sup>4</sup>	0,31%	0,03%	0,31%	0,39%
Índice de Inadimplência (90 dias) <sup>4</sup>	0,19%	0,01%	0,19%	0,19%
Provisão / Carteira de Cred. e Repasses	4,30%	4,29%	4,30%	4,52%
Índice de Cobertura (30 dias) <sup>5</sup>	14,08	126,83	14,08	11,70
Índice de Cobertura (90 dias) <sup>5</sup>	22,89	690,34	22,89	23,96
Índice de Renegociação <sup>6</sup>	15,17%	51,26%	15,17%	19,66%

<sup>4</sup> Créditos inadimplentes/carteira total.

<sup>5</sup> Provisão/Créditos inadimplentes.

<sup>6</sup> Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total. Considera renegociações no âmbito do standstill COVID19. Desconsiderando esses efeitos, o índice de renegociação seria de 1,66% em dezembro de 2021.

	2021	2020
<b>Rentabilidade<sup>7</sup></b>		
Retorno s/ Ativos (LL/AT médio)	4,69%	2,93%
Retorno s/ PL (LL/PL médio)	34,23%	26,55%

<sup>7</sup> O cálculo dos retornos considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos o ajustes a valor justos das participações em sociedades não coligadas, líquido de efeitos tributários.

### 7.2. Posição Financeira

#### Operações de Crédito e Repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, denominadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, denominadas operações de repasses.

A carteira bruta de operações de crédito e repasses totalizou R\$ 459,274 bilhões em 31/12/21, que líquida de provisão para risco de crédito, no montante de R\$ 19,735 bilhões, respondeu por 59,6% do ativo total na mesma data.

A redução de R\$ 7,407 bilhões (1,7%) da carteira líquida no exercício foi influenciada principalmente pelas liquidações das operações, que superaram em R\$ 47,0 bilhões os desembolsos no exercício, compensadas pela apropriação de juros (R\$ 34,6 bilhões) e pelo efeito de variação cambial no período (R\$ 4,2 bilhões).



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fjp.gazetasp.com.br>.



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



Importante destacar do período a liquidação antecipada de R\$ 63 bilhões ao Tesouro Nacional, que provocou a queda da importância dessa fonte na estrutura de *funding* do BNDES.

### 7.3. Resultado

#### Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquida da provisão para risco de crédito.

O aumento de R\$ 10,733 bilhões (90,4%) do resultado da intermediação financeira ante o exercício de 2020 decorreu principalmente, da receita de R\$ 2,719 bilhões com reversão de provisão para risco de crédito em 2021, ante uma despesa de R\$ 946 milhões registrada em 2020, e da melhora do produto da intermediação financeira.

#### Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira alcançou R\$ 19,883 bilhões em 2021, um acréscimo de R\$ 7,068 bilhões (55,2%) em relação a 2020, impactado pelo ganho de R\$ 3,8 bilhões com a alienação de debêntures participativas da Vale e pelo maior resultado com Títulos e Valores Mobiliários, influenciado pelo aumento na taxa Selic que remunera as disponibilidades e os títulos públicos.

#### Provisão para Risco de Crédito

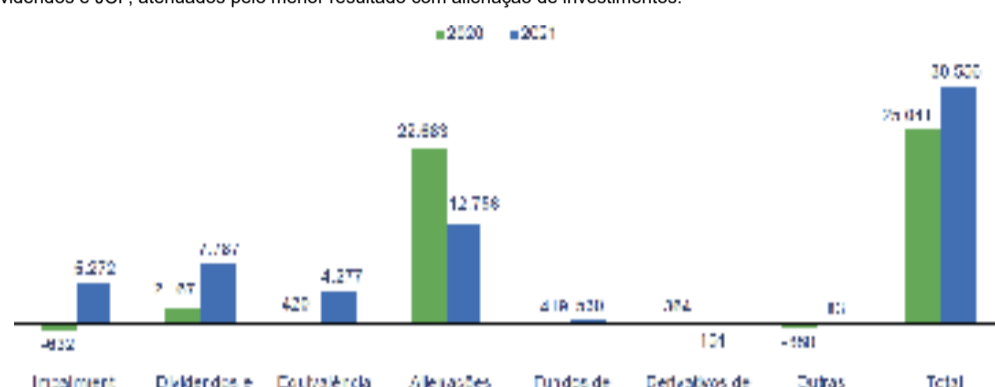
O BNDES constitui provisão para risco de crédito segundo os critérios previstos na Resolução CMN Nº 2.682/99. Quando identificada a necessidade de cobertura de riscos adicionais, constitui-se provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução.

A provisão para risco de crédito passou de uma despesa de R\$ 946 milhões em 2020 para uma receita de R\$ 2,719 bilhões em 2021. Essa receita está significativamente impactada pela recuperação de créditos baixados em períodos anteriores, em especial aqueles de entes governamentais estrangeiros honrados pelo Fundo de Garantia à Exportação – FGE e empresas de energia.

#### Resultado com Participações Societárias

O Resultado com Participações Societárias compreende: receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas em investimentos (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O crescimento de R\$ 5,515 bilhões (22,0%) do resultado com participações societárias em relação ao exercício de 2020 foi provocado, principalmente, pelo aumento do resultado com equivalência patrimonial, reversão de *impairment* e ganhos com dividendos e JCP, atenuados pelo menor resultado com alienação de investimentos.



#### Alienação de investimentos

O resultado com alienações de investimentos alcançou R\$ 12,758 bilhões no exercício de 2021, uma queda de R\$ 9,925 bilhões (43,8%) diante de 2020.

Os principais desinvestimentos realizados no período foram de participações de Vale e Klabin, em que ocorreu alienação total do investimento, além de alienação parcial de JBS, que geraram resultado de R\$ 12,623 bilhões, o equivalente a 98,9% do total desinvestido.

#### Impairment

O reconhecimento das perdas com *impairment* é realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira e motivado pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes.

Em 2020 houve necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 632 milhões. Em 2021 este efeito foi uma receita de R\$ 5,272 bilhões devido, basicamente, à reversão da provisão para perdas por *impairment* do investimento em Petróbras, no valor bruto de R\$ 5,449 bilhões, em função, dentre outros motivos, da melhora da governança da companhia, cumprimento do seu plano estratégico, redução do endividamento e do custo de capital e aumento da margem EBITDA. A redução das incertezas e a recuperação do valor de mercado da empresa na bolsa de valores possibilitaram a reversão integral das perdas que haviam sido registradas entre 2014 e 2016.

#### Equivalência Patrimonial

O resultado com equivalência patrimonial passou de R\$ 420 milhões em 2020 para R\$ 4,277 bilhões em 2021, devido ao melhor resultado em uma coligada do setor de Alimentos no exercício.

#### Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

O crescimento de R\$ 5,620 bilhões (259,3%) da receita com dividendos e JCP entre os exercícios é explicado principalmente pelo aumento da receita advinda da Petróbras, Eletrobras e COPEL.

#### Resultado com fundos de renda variável

O resultado com fundos de renda variável reflete as valorizações ou desvalorizações das cotas dos fundos. No exercício de 2021, o resultado foi de R\$ 530 milhões contra R\$ 419 milhões em 2020, uma variação de 26,5% entre os períodos, devido principalmente a valorizações de cotas e desinvestimentos em alguns fundos no período.

#### Resultado com derivativos de renda variável

O resultado com derivativos de renda variável reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

Em 2020 houve um ganho de R\$ 364 milhões, enquanto que em 2021 houve uma perda de R\$ 151 milhões, que decorreu do menor resultado dos derivativos vinculados a participações societárias, devido principalmente ao reconhecimento do valor de um ativo do setor de logística em 2020, que não se repetiu em 2021.

#### Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado tributável.

O crescimento de R\$ 3,235 bilhões (25,8%) em 2021 reflete o aumento no lucro tributável, principalmente, pelo acréscimo de R\$ 10,733 bilhões do resultado da intermediação financeira.

#### Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outras.

A redução de R\$ 374 milhões (10,2%) entre os exercícios foi provocada, principalmente, por em 2020 ter sido reconhecida despesa referente à provisão para redução a valor recuperável de direitos relacionados a processos contenciosos judiciais e administrativos, no valor de R\$ 436 milhões, sem equivalência em 2021.

### 8. RATING

No exercício de 2021, o BNDES manteve o mesmo rating com que acabou 2020, como pode ser visto na figura abaixo:

Agência de Rating	Rating escala global	
	Moeda Estrangeira – Longo Prazo	Moeda Nacional – Longo Prazo
Moody's S&P	Ba2 (Estável)	Ba2 (Estável)
	BB- (Estável)	BB- (Estável)

#### Destaques Moody's

- ✓ Forte valor de marca como principal fonte de financiamento de longo prazo e investimento de capital para empresas brasileiras e para projetos de infraestrutura do governo;
- ✓ Acesso a *funding* estável e razoavelmente barato; e,
- ✓ Qualidade de ativos superior ao mercado.

#### Destaques S&P's

- ✓ Forte política de garantia e flexibilidade para reestruturar empréstimos e mitigar perdas potenciais decorrentes de maiores riscos na economia;
- ✓ *Funding* de longo prazo com suporte governamental confere ao banco uma vantagem competitiva; e,
- ✓ A posição de destaque do BNDES na economia e na execução de políticas públicas implica em igualarmos os ratings e risco de *default* com aqueles no soberano.

### 9. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como "Mantidos até o Vencimento" em 31/12/21, no montante de R\$ 6,291 bilhões, o equivalente a 5,9% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários apresentada neste relatório.

### 10. REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

O Estatuto Social e a Política de Dividendos do BNDES limitam o pagamento de remuneração (dividendos e juros sobre capital próprio - JSCP) ao Tesouro Nacional (TN) a 60% do lucro líquido ajustado, já contemplados os dividendos mínimos obrigatórios de 25% previstos pela Lei Societária.

A política determina ainda que o pagamento de dividendos complementares, limitado a 35% do lucro líquido ajustado, está condicionado a projeções internas que atestem que o pagamento não comprometerá o atendimento aos limites prudenciais aos quais o Banco está sujeito, trazendo maior segurança às suas operações.

Do lucro líquido de R\$ 34,069 bilhões do exercício de 2021, R\$ 8,092 bilhões serão pagos na forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 596 milhões de dividendos complementares e há uma reserva de equalização de dividendos de R\$ 10,732 bilhões que poderá ser paga como dividendos complementares desde que as projeções para os três anos subsequentes indiquem que tal pagamento não resultará em descumprimento de limites prudenciais.

### 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS, CONTROLE INTERNO E COMPLIANCE

No âmbito das atividades de apoio ao aprimoramento do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES em 2021, destacaram-se:

#### Gestão Integrada

- ✓ Revisão da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), adequando-a aos objetivos estratégicos do BNDES;
- ✓ Emissão do relatório do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) para o triênio 2021-2023; e,
- ✓ Criação da Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital, (PGIRC), que unifica as políticas de riscos integrados do BNDES e a Política de Gestão de Capital.

#### Compliance

- ✓ Implantação de sistema para o monitoramento, seleção, análise e comunicação ao COAF;
- ✓ Elaboração da norma de Procedimentos de Monitoramento e Identificação de Pessoas Sancionadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU;
- ✓ Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNCP) com envio de informações e evidências através da plataforma do e-Prevenção;
- ✓ Revisão e aprovação da norma de *background check* de membros estatutários do Sistema BNDES, procedimento que trata da verificação de impedimentos legais, situações de conflito de interesse (vínculos com outras organizações, por exemplo) e risco de integridade (processos administrativos, judiciais, mídia negativa e lista de sanções).
- ✓ Implementação de monitoramento de colaboradores do Sistema BNDES para identificar casos de potencial conflito de interesses em participações societárias.

- ✓ Revisão e aprovação da norma de aplicação dos Checklists de Conformidade que avalia pontos que devem ser observados pelas Áreas na proposição de novas operações ou de alterações em operações já aprovadas.
- ✓ Ampliação do número de bases monitoradas no processo de gestão de normas externas, com o monitoramento de 32 bases de órgãos reguladores e entidades setoriais;
- ✓ Entrada em vigor do novo Regulamento de Atos Normativos, aprovado pela Diretoria no semestre anterior;
- ✓ Aprovação pelo Conselho de Administração (RES CA 14/2021) da Política Corporativa de Proteção de Dados Pessoais do Sistema BNDES (PCPD);
- ✓ Divulgação do Aviso de Privacidade para colaboradores do BNDES, conforme diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- ✓ Revisão da Política Corporativa de Compliance;
- ✓ Celebração dos 10 anos da Metodologia Agentes de Conformidade;
- ✓ Implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de *compliance*, com destaque para o treinamento sobre PLDFT (módulo avançado) e a Pesquisa de Cultura de Integridade do BNDES.

#### Segurança da Informação

- ✓ Intensificação do levantamento, do acompanhamento e das ações para correção de vulnerabilidades críticas em ativos de tecnologia da informação;
- ✓ Execução de testes periódicos de invasão e exercícios de simulação de ataques cibernéticos;
- ✓ Avaliação e acompanhamento de riscos cibernéticos, sobretudo em iniciativas de desenvolvimento de sistemas e de contratações de soluções de tecnologia da informação baseadas no modelo de computação em nuvem;
- ✓ Ampliação da rede de compartilhamento de informações sobre segurança cibernética e ingresso na rede "Cybersecurity Knowledge Network"; e
- ✓ Execução de ações para o fortalecimento da cultura de segurança da informação e de proteção de dados, inclusive com o uso de técnicas de *gamificação*.

#### Risco Operacional e Controles Internos

- ✓ Monitoramento dos riscos operacionais relacionados às ações emergenciais promovidas pelo Sistema BNDES no combate à crise econômica decorrente do COVID-19;
- ✓ Realização das ações planejadas no âmbito do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios, de modo a manter a continuidade dos processos e possibilitar o trabalho seguro de todos os empregados da Instituição no contexto da COVID-19;
- ✓ Realização de ciclo bienal corporativo para atualização da matriz de riscos operacionais em todas as unidades;
- ✓ Utilização do cálculo de capital econômico de risco operacional como insumo no ICAAP e orçamento de capital;
- ✓ Aprimoramento dos protocolos de resposta e do processo relacionado aos cenários de risco operacional;
- ✓ Adequações em sistemas e processos para remessa da base de dados de risco operacional ao BACEN (CADOC 5050);
- ✓ Modernização do sistema de TI que apoia o processo de gestão de risco operacional, controle interno e gestão de continuidade de negócios; e
- ✓ Execução de ações para o fortalecimento da cultura de gestão de riscos, incluindo treinamento interno para empregados com foco em continuidade de negócios e para estagiários com foco em risco operacional e segurança da informação.

#### Riscos de Mercado e de Liquidez

- ✓ Desenvolvimento de parte do escopo do novo sistema de precificação e de risco de mercado;
- ✓ Redefinição das Carteiras Gerenciais de Risco de Mercado, agrupando a carteira bancária exposta a taxa de juros em uma subcarteira e incluindo os fundos de participação na carteira gerencial de Mercado de Capitais;
- ✓ Implementação das alterações nos indicadores de risco de liquidez de curto prazo;
- ✓ Cálculo do risco de mercado da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES; e,
- ✓ Formalização da governança de avaliação de risco de mercado em operações de renda variável.

#### Risco de Crédito

- ✓ Desenvolvimento de metodologia para cálculo da contribuição do risco de concentração Setorial no Capital Econômico de risco de crédito;
- ✓ Auto-avaliações de necessidade de capital no âmbito do relatório ICAAP;
- ✓ Desenvolvimento de novas bases de dados para atender aos novos documentos regulatórios exigidos pelo BACEN; e,
- ✓ Implementação de melhorias na geração de informações para o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BACEN.

#### Risco Socioambiental

- ✓ Mapeamento e cálculo do impacto dos aspectos ASG nas metodologias de classificação de risco de crédito com apuração dos limites máximos de apetite a risco de crédito para aspectos ASG;
- ✓ Desenvolvimento de mapeamento análogo com iniciativas relacionadas ao aspecto climático dentro das mesmas metodologias de classificação de risco de crédito.

Em 31/12/21, o BNDES se apresentou enquadrado nos requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia ficou em 40,17%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I, em 31,28%, todos acima dos valores mínimos exigidos pelo regulador.

	R\$ milhões	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Patrimônio de Referência</b>		
= Capital Nível 1 (N1)	148.140	147.082
(+) Capital Principal (CP)	148.140	147.082
(+) Capital Complementar (CC)	-	-
(+) Capital Nível 2	42.143	47.411
(-) Deduções do PR	-	-
<b>Patrimônio de Referência - PR</b>	<b>190.284</b>	<b>194.493</b>
	R\$ milhões	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos Ponderados pelo Risco</b>		
= Risco de Crédito (RWACPAD)	392.982	404.084
(+) Risco de Mercado (RWAMPAD)	21.479	30.298
(+) Risco Operacional (RWAOPAD)	59.208	37.815
Risco de Juros da Carteira Bancária (Rban)	1.503	2.175
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>473.670</b>	<b>472.197</b>
	Percentual	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Índices de PR, CP e N1</b>		
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	40,17%	41,19%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	31,28%	31,15%
Índice de Capital Nível 1 (N1/RWA)	31,28%	31,15%

A queda do Índice de Basileia é explicada pela redução de R\$ 4 bilhões (2,2%) do Patrimônio de Referência (PR), quando comparado a dezembro de 2020.

### 12. GESTÃO DE PROCESSOS

Em maio de 2021 foi criado o Departamento de Gestão de Processos e Projetos Corporativos, na Área de Planejamento Estratégico. Tal departamento tem como foco avançar na agenda de transformação digital do BNDES, buscando a otimização e digitalização de seus processos de forma aumentar a eficiência dos processos do Banco e melhor atender aos seus clientes. A gerência de gestão de processos, intitulada como Escritório de Processos, suporta todas as áreas do BNDES na definição de seus processos, bem como em sua gestão.

Em dezembro de 2021 foi aprovado pela Diretoria o primeiro Regulamento de Gestão de Processos do Sistema BNDES, um marco significativo para evolução da temática no Banco. O regulamento estabelece as diretrizes, as principais atividades, a estrutura de governança, além da definição de papéis e responsabilidades. Em ato contínuo, foi atualizado o Manual de Gestão de Processos e disponibilizado no Colabore, na intranet, para consulta por todos os empregados.

Destaca-se ainda a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio à gestão de processos organizacionais, com foco em melhoria, transformação, inovação e automação dos processos das empresas do Sistema BNDES. A empresa vencedora da licitação (PE 33/2021), Bridge & Co, assinou contrato de 12 meses com o BNDES, cabendo prorrogação até o limite legal de 60 (sessenta) meses.

Dentre os esforços de melhoria de processos destacam-se:

- Adaptações no fluxo das operações diretas a fim de atender ao novo Regulamento Socioambiental;
- Adaptações no fluxo das operações diretas a fim de estabelecer a regra de comprovação financeira por amostragem estatística e sistematizar os esforços de cofinanciamento;
- Elaboração do regulamento de fluxo para as operações do produto BNDES Subscrição de Debêntures em Ofertas Públicas;
- Elaboração do regulamento de fluxo para operações do Fundo *Blended Finance*, que tem por objetivo alavancar recursos para viabilizar projetos e programas socioambientais de alta relevância além de diversificar o espectro de parceiros;
- Revisão do fluxo operacional para o Fundo de Estruturação de Projetos; e
- Tramitação dos produtos BNDES RenovaBio, BNDES Crédito ASG e BNDES FINEM, linha voltada para investimentos em renovação e ampliação de canais (Prerenova), pelas esteiras de crédito consideradas "leves" (Automática e Simplificada), que proporcionam melhor experiência para o cliente e menor custo operacional.

### 13. GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e por sua Secretaria-Executiva (SECEC/BNDES).

Em 2021, o BNDES atuou ativamente como coordenador do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, cabendo destacar (i) o envio do ofício às empresas estatais participantes deste Fórum com o intuito de aderirem ao Guia de Boas Práticas para Gestão da Ética (disponível no site <https://eticanasesatais.bndes.gov.br>) que contempla princípios, práticas e orientações para contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da gestão da ética, tendo sido destacado pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), em seu Boletim Informativo nº 21 e (ii) a realização do XVII Seminário do Fórum das Estatais, em novembro deste ano, evento que teve como tema central "Ética em ambiente de Transformação Digital" (acesse o seguinte link para mais informações sobre as palestras: <https://bit.ly/3maeyv1>).

Merecem destaque, também, as contribuições da CET/BNDES para (i) a realização da Semana de Ética e Integridade (SEI 2021), com a elaboração de conteúdo explicativo e estruturação de treinamento obrigatório para todo o corpo funcional, bem como (ii) os trabalhos do GT-Ética que elaborou propostas de revisão do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo federal (informações disponíveis em <https://bit.ly/3VQQT4d>).

Em 2021, a CET/BNDES recebeu 155 (cento e cinquenta e cinco) comunicações obrigatórias de transações relevantes com valores mobiliários (conforme dispõe o art. 22 do Código de Ética) e procedeu à abertura de 137 (cento e trinta e sete) Procedimentos Preliminares, assim distribuídos:

<sup>7</sup> Informações adicionais são divulgadas no Relatório de Pilar 3, disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-pilar33>

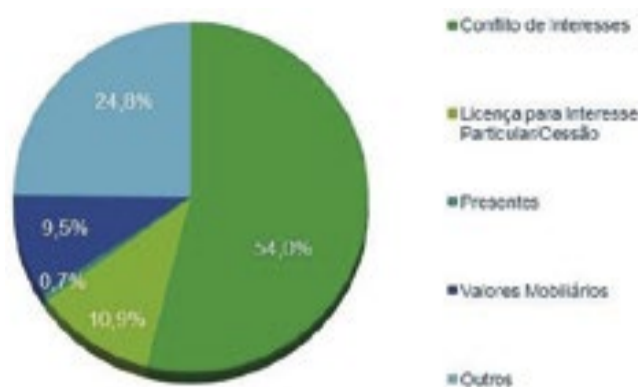




MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



#### Perfil dos Procedimentos Preliminares



#### 14. OUVIDORIA

A Ouvidoria proporciona ao público um canal de comunicação ativo junto à Administração do BNDES. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as manifestações que acolhe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

Trata-se, portanto, de um importante instrumento para aprofundar e municiar o debate estratégico interno da Instituição a partir de um ponto de vista privilegiado, construído através da análise dos atendimentos prestados à sociedade, de forma geral, e ao público específico do BNDES.

O ano 2021, assim como o de 2020, foi fortemente marcado por demandas relacionadas, direta ou indiretamente, à pandemia de COVID-19, com cobranças de parcela da sociedade brasileira acerca de ações anticíclicas por parte do BNDES e pela busca de um entendimento maior sobre as importantes medidas desenvolvidas pelo Banco para tentar mitigar os efeitos da crise econômica decorrente da pandemia.

O canal da Ouvidoria foi de extrema relevância para deixar claro à sociedade o árduo trabalho do BNDES para apoiar o trabalhador e o empreendedor direta e indiretamente, ajudando na manutenção de milhões de empregos com aumento da capacidade financeira e preservação de milhares de empresas. Com isso, o BNDES evidenciou para a sociedade que valoriza, mais do que qualquer outra pessoa ou entidade, o empreendedorismo e brasileiros que buscam todos os dias, apesar das dificuldades, levar adiante seus negócios que são vitais para a economia do país.

O período foi marcado pelo relevante aumento no recebimento de denúncias. No ano de 2021, a Ouvidoria recebeu o total de 1.804 manifestações, sendo que 927 foram denúncias. Se comparado com 2020, houve um incremento de 207% nas demandas classificadas como denúncias. Em segundo lugar ficaram as reclamações, com 441 registros.

Vale ressaltar que o BNDES vem nos últimos anos tomando medidas para tornar o seu canal de denúncias aderente à legislação e às boas práticas do instituto de democracia participativa, tendo feito um esforço constante para a sua divulgação para o público interno e para o público externo.

Convém destacar, ainda, a aprovação no 2º semestre de 2021 do novo Regulamento da Ouvidoria, que, dentre outras coisas, instituiu a política de não retaliação aos denunciantes de boa-fé. Com tal ação, ficou expresso e institucionalizado que o BNDES assegura que todas as pessoas, físicas ou jurídicas, são livres para efetuar quaisquer tipos de denúncias à Ouvidoria do BNDES sem receio de retaliação por parte de empregados e administradores do Banco, estando assegurada ao denunciante de boa-fé proteção integral contra retaliações e isenção de responsabilização civil ou penal em relação à manifestação trazida ao conhecimento da Ouvidoria do BNDES.

#### 15. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

##### 15.1. Canais de Atendimento

###### Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões sobre as atividades do Sistema BNDES pelos canais: telefônico, através do número 0800 702-6337, correspondência e formulário eletrônico disponível em [www.bndes.gov.br/faleconosco](http://www.bndes.gov.br/faleconosco).

Realizamos 106 mil atendimentos no ano: 80% por telefone (com avaliação como ótimo ou bom por 95,5% dos respondentes, em pesquisa de satisfação), 17% via formulário web e os 3% restantes por outros meios de atendimento, como cerca de 4.000 contatos ativos para apoiar, principalmente, operações com o Cartão BNDES e processos de credenciamento.

Na Central de Atendimento, as principais dúvidas, tanto operacionais, como informacionais são relativas ao cartão BNDES, BNDES FINAME e acesso a capital de giro. Há também um registro específico para reclamação de agentes financeiros, que são insumos para melhoria contínua do relacionamento com nossos clientes e potenciais clientes de operações indiretas.

Em 2021, mensalmente, cerca de 3.000 clientes (30% do atendimento), responderam a pesquisa de satisfação após atendimento telefônico. Mesmo durante a pandemia, as notas se mantiveram em patamar elevado, registrando resultados ótimo ou bom por 95,5% dos respondentes.

###### Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos recebidos no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), o SIC ([www.bndes.gov.br/sic](http://www.bndes.gov.br/sic)) oferece atendimento telefônico (0800-887-6000), por correspondência, via e-mail ([sic@bndes.gov.br](mailto:sic@bndes.gov.br)) ou, majoritariamente, através da Plataforma FalaBR, desenvolvida pela Controladoria Geral da União (CGU), no website <http://falabr.cgu.gov.br/>.

No ano de 2021, o SIC do BNDES recebeu 464 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, apenas 6% (28) foram reapresentados como recursos em 1ª instância; 1% (5) em 2ª instância, 0,4% (2) junto à CGU e 0,2% (1) junto à CMFR.

Os assuntos mais frequentes questionados pelos cidadãos em 2021, estão relacionados aos seguintes temas: informações sobre desestatização; informações sobre operações específicas de financiamento; e estatísticas e informações sobre Produtos, Programas e Fundos do BNDES.

###### Newsletters e e-mail marketing

Em 2021 passamos a utilizar o CRM do BNDES para divulgar as diversas newsletters do Banco, com destaque para: Blog de Conhecimento, Espaço Cultural, Garagem, Parcerias, e do Hub de Projetos, entre outras.

Além da comunicação das newsletters, foram realizados envios de e-mail de marketing, incluindo: comunicados ao mercado; divulgação de pesquisas e de eventos do BNDES, que totalizaram cerca de 210 ações de relacionamento.

###### Atendimento Presencial (Central de Atendimento e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC))

Os atendimentos presenciais estão suspensos desde 13 de março de 2020, quando o BNDES entrou em contingência, e permanecem suspensos, devido ao prolongamento da pandemia.

###### Sítio de Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/>, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, rating, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail [ri@bndes.gov.br](mailto:ri@bndes.gov.br) para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses temas.

Também mantém um cadastro dos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. Ao final do exercício de 2021, o cadastro contava com 2.353 inscritos.

###### 15.2. Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

O sítio do BNDES recebeu, em 2021, 7.202.570 visitas, um decréscimo de 12,4% em relação ao total de acessos do ano anterior (8.224.355), quando a procura por informações de atuação do BNDES por ocasião do início da pandemia do Coronavírus fez o tráfego do site ficar acima da média.

Os principais avanços do sítio do BNDES em 2021 foram direcionados a ampliar o acesso da sociedade a informações sobre a atuação do Banco e seus resultados. Neste sentido, podemos destacar novos painéis de consulta que dão visibilidade a informações importantes, como a consulta aos contratos com consultores no âmbito de projetos de desestatização<sup>8</sup>. Vale destacar ainda o lançamento da seção "Prestação de contas"<sup>9</sup>, para atendimento a novo padrão de divulgação de determinadas ações de transparência, exigido pelo TCU.

Quanto a operações de crédito, podemos citar o painel de Desempenho Operacional do Crédito Rural<sup>10</sup> e do BNDES Finame<sup>11</sup>, com dados agregados que ajudam a compreender os resultados do Banco nestas áreas por recortes como perfil de cliente e distribuição geográfica.

Como outro aprimoramento, a seção de Responsabilidade Social e Ambiental do site foi remodelada, passando a se chamar "Desenvolvimento Sustentável"<sup>12</sup>, com navegação mais fácil e ampliação das informações, de forma a comunicar melhor ao público as prioridades e compromissos do Banco no tema.

As redes sociais oficiais do BNDES, por sua vez, serviram de canal de divulgação para maior alcance das mensagens sobre o Banco, suas novas iniciativas, parcerias, projetos, instrumentos de apoio, resultados e ações. Além disso, desempenharam importante papel para reforçar mensagens-chave e informações que o Banco considera fundamentais na associação com a marca, anunciar eventos organizados pelo BNDES e prestar serviços, como ações de transparência e alertas contra fraudes.

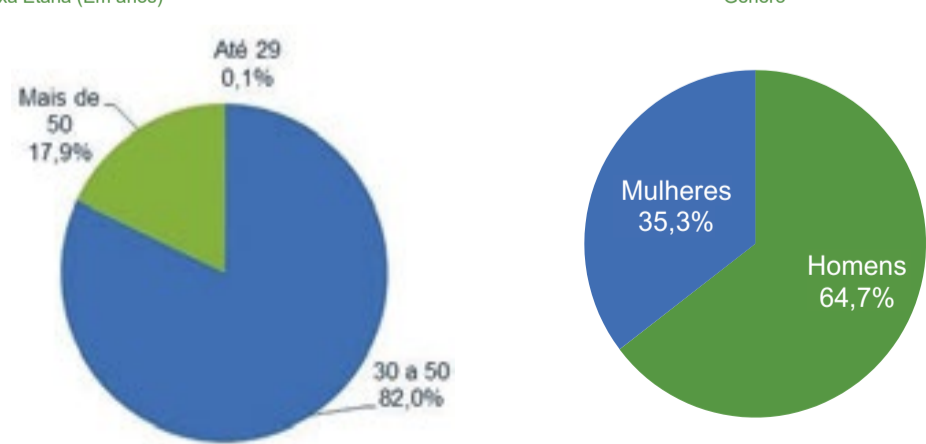
Quanto ao número de seguidores, houve um aumento de aproximadamente 10,5%, considerando-se a soma dos 5 principais perfis/páginas do Banco nas redes (Twitter, Facebook, LinkedIn, Instagram e YouTube), alcançando o total de 608.730 seguidores.

#### 16. GESTÃO DE PESSOAS

O BNDES encerrou o ano de 2021 com 2.471<sup>13</sup> colaboradores e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Dos 42 desligamentos ocorridos no ano, 17 aconteceram por motivo de aposentadoria e 4 foram decorrentes do Plano de Estímulo à Aposentadoria implementado pela Diretoria do BNDES. O referido plano, lançado em 2020, teve 137 adesões. Os desligamentos remanescentes ocorreram em 2021.

##### 16.1. Perfil do Corpo Funcional

###### Faixa Etária (Em anos)



<sup>8</sup> <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/contratos-desestatizacao>

<sup>9</sup> <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas>

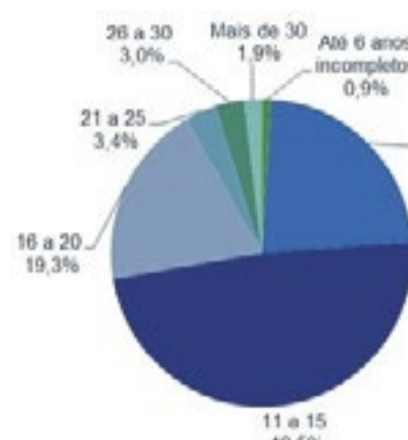
<sup>10</sup> <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/agropecuaria/credito-rural-desempenho-operacional>

<sup>11</sup> <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/finame/finame-desempenho-operacional/finame-desempenho-operacional>

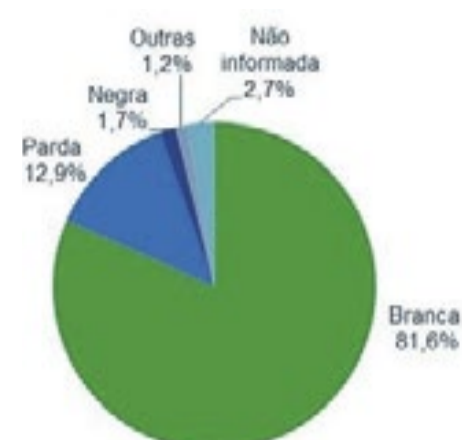
<sup>12</sup> <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/>

<sup>13</sup> Composto por 2.450 funcionários de carreira, 20 transitórios e 1 cedido ao BNDES.

#### Tempo de Serviço (Em anos)



#### Raça



#### 16.2. Aprendizado e Conhecimento

Em 2021, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Muito embora as medidas de restrição ao convívio social tomadas em virtude da pandemia de COVID-19 tenham impactado a agenda de treinamentos externos, foram implantados programas de desenvolvimento tanto com cursos *in company* como *on line*.

Ao longo desse período, o Banco investiu aproximadamente R\$ 2,5 milhões em treinamentos externos de curta duração e programas de certificação, totalizando 1367 inscrições e 28.075 horas de treinamento e uma média de 20,5 horas por empregado capacitado nessas modalidades.

Foram registradas 52 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação, com R\$ 1,2 milhões investidos nessa modalidade, em que se destacam 16 apoios para a realização do MBA de PPPs e Concessões.

No âmbito dos treinamentos internos customizados, ocorreram 29 turmas presenciais e online síncronas, com um custo total de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. Ao todo, foram computadas nesse segmento 10.775 horas de treinamento, com 1968 inscrições e uma média de 5,4 horas de treinamento por empregado em treinamentos internos customizados. Ainda, foram realizados treinamentos de instrutoria interna, sem custo, como, por exemplo, Introdução ao Orçamento Público e Desenho de PPPs para o Desenvolvimento.

Com o objetivo de sanar gaps de conhecimento identificados através de escutas realizadas junto às Diretorias, foi implantado o Programa de Desenvolvimento de Empregados e o Programa de Desenvolvimento de Líderes, que terão ações de desenvolvimento ofertadas para todos os funcionários ao longo de 36 meses, a partir de um investimento previsto de aproximadamente R\$ 2,2 milhões.

No programa de idiomas, contabilizamos 932 inscrições e um desembolso de R\$ 800 mil para o desenvolvimento no idioma inglês.

Seguimos investindo em diversas plataformas externas de cursos online, como EF English First, Alura e Pluralsight, e populando nossa plataforma interna, o BNDES EAD, com cursos e tutoriais adaptados às nossas necessidades e disponíveis a todos os funcionários, em que se destacam, neste ano, os cursos sobre a temática ASG (Ambiental, Social e Governança) e Open Banking.

O estímulo ao ensino a distância (EAD) permanece como um direcionador da aprendizagem corporativa no BNDES por permitir acesso mais amplo, maior economicidade e ir ao encontro das diretrizes de distanciamento social.

#### 16.3. Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada pelas Áreas requisitantes após pré-seleção realizada pelo agente de integração, parceiro na administração do Programa. Em 31/12/2021, o BNDES contava com 324 estagiários em seu corpo funcional.

Em 2021, foram contratados 237 estagiários, sendo 25 PCDs. Além disso, cabe destacar que 43% dos estagiários contratados pontuavam nos critérios objetivos do histórico de desenvolvimento:

- família inscrita no Cadastro Único, sendo beneficiária de algum programa socioassistencial do governo;
- beneficiário do sistema de cotas;
- beneficiários do PROUNI e FIES;
- Beneficiários de projetos sociais (como pré-vestibular comunitário); e
- Ensino médio integralmente realizado na rede pública ou em rede privada, porém com a comprovação de bolsa integral

Este fato demonstra o compromisso do BNDES com a promoção da diversidade e inclusão social nas políticas e processos de Recursos Humanos. No que tange ao desenvolvimento dos estagiários, em 2021 foram implementadas 2 novas iniciativas: o Programa de Desenvolvimento dos Estagiários e Palestra de ambientação para novos estagiários, ambos desenvolvidos em pela Coordenação do Programa de Estágio em parceria com o Agente de Integração CIEE e a equipe de Treinamento do BNDES.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. É condição para o ingresso nesse Programa, que atualmente conta com 25 jovens aprendizes, estar inscrito no Cadastro Único, como forma de prover oportunidade a jovens de famílias com algum grau de vulnerabilidade econômica. Foram contratados 2 jovens PCDs, uma iniciativa inédita no Programa Jovem Aprendiz do BNDES.

A nova turma de aprendizes iniciou contrato em 11/01/2021 e tem recebido aulas quinzenais de educação financeira e outras temáticas que possam agregar pessoal e profissionalmente aos jovens, fruto de projeto voluntário conduzido por empregados do Banco. Quando do início das atividades presenciais, os aprendizes participaram de evento de boas-vindas e ambientação desenvolvido e ministrado pela gerência responsável pelo Programa de Aprendizagem. Trata-se de uma iniciativa visando absorção de conhecimento sobre missão, visão, valores, cultura e estrutura do BNDES, além de motivação dos jovens a se desenvolverem através de relato de ex-aprendizes atualmente empregados do BNDES.

#### 16.4. Valorização da Diversidade

O Sistema BNDES possui uma política corporativa de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade que reafirma o seu compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em seu ambiente de trabalho e nas instituições de sua cadeia de relacionamento. A primeira Política de Equidade e Valorização da Diversidade do BNDES data de 2015. Em agosto de 2020, uma nova Política foi aprovada pela Resolução CA nº 08/2020, de 12/08/2020.

Como passo seguinte, conforme previsto pela Resolução supracitada, foi aprovado, em junho de 2021, o Plano de Trabalho para concretização das diretrizes da Política de Equidade e Valorização da Diversidade do BNDES. O plano prevê, além de um conjunto de ações externas relacionadas a políticas operacionais, de crédito e aos *stakeholders*, ações internas voltadas para o incentivo à diversidade, equidade e inclusão no âmbito da gestão de pessoas no Banco. O plano apresenta um cronograma trienal, de 2021 a 2023, e busca alinhamento ao novo ciclo do plano de ações da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), tomando-se possível que o Comitê de Sustentabilidade acompanhe o conjunto de ações.

No que tange as ações internas, destacam-se as ações implementadas em 2021:

- ✓ Ações de monitoramento com o objetivo de possibilitar o acompanhamento de indicadores relacionados à diversidade e inclusão no BNDES;
- ✓ Ações relacionadas aos valores e à cultura pró sustentabilidade, diversidade e inclusão, como mapeamento e desenvolvimento de competências que favoreçam um ambiente propício à inovação e à diversidade de ideias, além do treinamento e desenvolvimento do corpo funcional nas questões de gênero, diversidade e inclusão;
- ✓ Ações de sensibilização relacionadas à temática de diversidade e inclusão;
- ✓ Ações relacionadas ao tema ASG no BNDES e nos negócios, incluindo a temática de equidade, diversidade e inclusão.
- ✓ Criação de um Programa de Voluntariado Corporativo, considerando que a atividade voluntária apoiada pela empresa é um forte indutor de comportamentos socialmente responsáveis e de desenvolvimento de competências relacionadas à colaboração, integração e inclusão e contribui para que a diversidade humana seja tratada de forma equânime, favorecendo a abertura ao novo e a quebra de vieses inconscientes; e
- ✓ Introdução do Histórico de Desenvolvimento (HD) como novo critério nas contratações de estagiários, destinado a estimular o ingresso de estudantes com condições socioeconômicas menos favorecidas. Em 2021, do total de 229 contratações realizadas, um percentual significativo (43,67%) foi de jovens que pontuaram em ao menos um dos requisitos do novo critério e 10,7% foram de deficientes.

#### 16.5. Ações em função da pandemia do COVID-19

- ✓ O protocolo de prevenção à Covid-19 do BNDES foi aprimorado, dando sequência ao cumprimento das normas e padrões estabelecidos, destacadamente a Portaria Conjunta MS/SEPRT nº 20, de 18/06/2020;
- ✓ Indicadores externos de controle da pandemia foram monitorados ao longo do ano e subsidiaram as decisões do Comitê de Contingência para a retomada do regime presencial de forma faseada, acompanhada de prévia comprovação da imunização para acessar as dependências do Banco, e preservando os grupos considerados de maior risco;
- ✓ Implementação de canal com a Medicina Ocupacional visando orientações de saúde física e mental e uma ampla triagem de sintomas e potencial contato, visando evitar a circulação de casos suspeitos nas dependências do BNDES;
- ✓ Continuidade dos exames periódicos para controle de saúde dos empregados, respeitando os protocolos de segurança para a realização;
- ✓ Antecipação de vacinação contra influenza;
- ✓ Manutenção das condições de trabalho no home office, com medidas como o fornecimento de notebook e permissão para retirada de cadeiras e acessórios ergonômicos nas dependências do BNDES, a título de empréstimo.

#### 17. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.





MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
**Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>221.755.252</b>	<b>238.258.608</b>	<b>242.932.784</b>	<b>269.965.716</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>433.135</b>	<b>465.093</b>	<b>434.479</b>	<b>465.524</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	<b>4</b>	<b>91.027.118</b>	<b>92.866.031</b>	<b>94.864.308</b>	<b>96.655.970</b>
Aplicações em moedas estrangeiras	4	309.918	499.825	309.918	499.825
Aplicações em operações compromissadas	4	90.717.200	92.365.329	94.554.390	96.155.268
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	-	877	-	877
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>6</b>	<b>75.105.896</b>	<b>92.307.180</b>	<b>74.674.100</b>	<b>100.400.722</b>
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	4.013.544	3.905.441	1.485.068	461.942
Títulos públicos	6.1	70.899.870	84.627.786	70.940.967	84.664.318
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	9	9	71.189	67.803
Ações	6.1 e 7.1	-	-	571.696	10.045.547
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	149.587	3.259.405	388.904	4.013.153
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	43.022	485.043	423.786	734.113
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(214)	(2.425)	(3.335)	(4.768)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	78	31.921	78	31.921
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	-	-	795.747	386.693
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>5</b>	<b>18.200.452</b>	<b>17.330.273</b>	<b>37.075.654</b>	<b>36.670.392</b>
Repasse interfinanceiros	5	18.308.175	17.448.541	37.257.412	36.873.294
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(107.723)	(118.268)	(181.758)	(202.902)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>5</b>	<b>25.418.317</b>	<b>26.122.631</b>	<b>28.895.879</b>	<b>29.102.535</b>
Operações de crédito	5	27.241.828	27.948.242	30.775.492	31.006.712
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.823.511)	(1.825.611)	(1.879.613)	(1.904.177)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>5.9</b>	<b>10.289.074</b>	<b>7.872.172</b>	<b>5.706.104</b>	<b>5.374.345</b>
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	46.886	48.364
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(36.187)	(41.922)
Direitos recebíveis	5.9	1.648	1.795	966.242	126.212
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(1.031)	(821)	(964.174)	(125.018)
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	30.191	2.590	356.582	94.737
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	-	4.896.728	2.919.653	132.415	227.301
Devedores por depósito em garantia	-	90.671	55.693	98.919	60.457
Pagamentos a ressarcir	-	299.607	250.259	115.774	69.845
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	4.549.390	4.295.530	4.549.390	4.295.530
Diversos	-	421.870	347.473	440.257	618.839
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>9</b>	<b>1.281.260</b>	<b>1.295.228</b>	<b>1.282.260</b>	<b>1.296.228</b>
Despesas antecipadas	-	1.280.073	1.293.241	1.280.074	1.293.242
Outros valores e bens	-	1.187	1.987	1.187	2.986
Ativos não financeiros mantidos para venda	-	-	-	999	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>552.447.469</b>	<b>560.106.224</b>	<b>494.245.653</b>	<b>508.376.259</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>433.502.524</b>	<b>442.081.664</b>	<b>482.203.729</b>	<b>497.243.903</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>6</b>	<b>38.918.447</b>	<b>35.887.201</b>	<b>85.795.675</b>	<b>88.104.969</b>
Ações	6.1 e 7.1	7.126.933	7.307.037	50.940.167	54.739.405
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	4.410.706	3.694.734	4.410.706	3.921.372
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	701.705	997.207	1.968.220	2.989.548
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(4.321)	(6.050)	(10.990)	(17.558)
Títulos públicos	6.1	16.705.647	21.633.634	16.705.647	21.633.634
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	9.678.240	2.260.222	9.678.240	2.260.222
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	151.704	-	151.704	-
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	147.833	417	149.457	748.467
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.3	-	-	1.802.524	1.829.879
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>5</b>	<b>156.821.246</b>	<b>158.210.115</b>	<b>124.153.505</b>	<b>130.253.088</b>
Repasse interfinanceiros	5	157.749.422	159.289.798	125.240.821	131.518.532
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(928.176)	(1.079.683)	(1.087.316)	(1.265.444)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>5</b>	<b>225.912.985</b>	<b>230.525.023</b>	<b>249.414.352</b>	<b>250.919.630</b>
Operações de crédito	5	242.119.995	246.635.542	266.000.502	267.567.859
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(16.207.010)	(16.110.519)	(16.586.150)	(16.648.229)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>5.9</b>	<b>11.848.558</b>	<b>17.459.325</b>	<b>22.838.909</b>	<b>27.966.216</b>
Créditos tributários	15.2	10.195.395	12.278.970	18.923.879	20.853.756
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	598.295	1.060.812
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(461.761)	(919.522)
Direitos recebíveis	5.9	10.740	13.088	52.842	809.180
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(6.725)	(5.988)	(48.763)	(800.673)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	1.132.610	738.760	2.033.029	1.334.031
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	496.503	4.416.291	496.503	4.416.291
Incentivos fiscais	-	1.350	3.350	29.298	21.927
Devedores por depósitos em garantia	-	-	-	763.834	742.902
Cessão de direitos de capitalização	-	-	-	430.503	430.503
Diversos	-	18.685	14.854	21.250	17.009
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>9</b>	<b>1.288</b>	<b>-</b>	<b>1.288</b>	<b>-</b>
Ativos não financeiros mantidos para venda	-	1.288	-	1,288	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>7</b>	<b>118.838.282</b>	<b>117.906.251</b>	<b>11.935.261</b>	<b>11.014.047</b>
Participações em controladas e coligadas	7.2	118.696.136	117.761.105	11.793.115	10.868.901
Participações em outras empresas	7.3	100.000	103.000	100.000	103.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>100.532</b>	<b>107.259</b>	<b>100.532</b>	<b>107.259</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>6.131</b>	<b>11.050</b>	<b>6.131</b>	<b>11.050</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>774.202.721</b>	<b>798.364.832</b>	<b>737.178.437</b>	<b>778.341.975</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>131.493.715</b>	<b>122.565.127</b>	<b>81.164.400</b>	<b>84.506.440</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>		<b>1.011.356</b>	<b>1.050.935</b>	<b>1.011.356</b>	<b>1.050.935</b>
Depósitos especiais - FAT	11.2	939.667	1.027.032	939.667	1.027.032
Depósitos interfinanceiros	-	71.158	23.392	71.158	23.392
Diversos	-	531	511	531	511
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO</b>		<b>93.068.413</b>	<b>79.720.758</b>	<b>39.825.117</b>	<b>40.521.542</b>
Obrigações por operações compromissadas	12	93.068.413	79.720.758	39.825.117	40.521.542
<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS</b>	<b>14</b>	<b>1.423.552</b>	<b>445.113</b>	<b>1.423.552</b>	<b>445.113</b>
Debêntures	14.1	369.870	445.113	369.870	445.113
Letras Financeiras	14.2	1.053.682	-	1.053.682	-
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>	<b>10</b>	<b>13.792.663</b>	<b>17.445.018</b>	<b>13.792.663</b>	<b>17.445.018</b>
Empréstimos no país	10.1	445.660	441.325	445.660	441.325
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	129.930	118.319	129.930	118.319
Repasse no país	-	10.444.759	14.117.421	10.444.759	14.117.421
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	8.138.152	11.967.434	8.138.152	11.967.434
Fundo da Marinha Mercante	10.1	2.306.607	2.149.987	2.306.607	2.149.987
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	2.772.314	2.767.953	2.772.314	2.767.953
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>13.577.640</b>	<b>16.578.605</b>	<b>16.491.621</b>	<b>17.719.134</b>
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	8.277.037	8.174.767	8.328.770	8.200.175
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.1	2.517.069	1.421.753	4.252.772	2.177.379
Outros impostos e contribuições	-	194.011	170.394	243.661	244.129
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18	-	4.911.855	-	4.911.855
Provisões trabalhistas e cíveis	16	2.038	1.942	754.486	2.030
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	283.335	216.233	363.885	277.792
Vinculadas ao Tesouro Nacional	-	1.707	6.186	3.880	16.354
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	43.867	37.761	72.407	63.637
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	46.206	12.701	46.206	12.701
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	377.490	382.680	422.439	495.508
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	96.942	-
Diversas	13.4	1.834.880	1.242.333	1.906.173	1.317.574
<b>DÍVIDAS SUBORDINADAS</b>		<b>7.562.220</b>	<b>6.068.900</b>	<b>7.562.220</b>	<b>6.068.900</b>
FAT constitucional	11.1	7.562.220	6.068.900	7.562.220	6.068.900
Outras dívidas subordinadas	-	7.562.220	6.068.900	7.562.220	6.068.900
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL</b>	<b>19.2.3</b>	<b>1.057.871</b>	<b>1.255.798</b>	<b>1.057.871</b>	<b>1.255.798</b>
Secretaria do Tesouro Nacional	-	1.057.871	1.255.798	1.057.871	1.255.798
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>515.711.982</b>	<b>562.797.188</b>	<b>529.017.013</b>	<b>580.833.018</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS</b>		<b>5.701.597</b>	<b>6.154.837</b>	<b>5.701.597</b>	<b>6.154.837</b>
Depósitos especiais - FAT	11.2	5.701.597	6.154.837	5.701.597	6.154.837
<b>OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS</b>	<b>14</b>	<b>734.886</b>	<b>2.111.520</b>	<b>734.886</b>	<b>2.111.520</b>
Debêntures	14.1	734.886	1.107.070	734.886	1.107.070
Letras Financeiras	14.2	-	1.004.450	-	1.004.450
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES</b>	<b>10</b>	<b>148.421.595</b>	<b>205.884.653</b>	<b>148.421.595</b>	<b>205.884.653</b>
Empréstimos no país	10.1	2.387.290	2.751.055	2.387.290	2.751.055
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	8.877.833	8.267.259	8.877.833	8.267.259
Repasse no país	-	115.538.570	170.622.004	115.538.570	170.622.004
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	93.179.941	146.496.407	93.179.941	146.496.407
Fundo da Marinha Mercante	10.1	21.722.720	23.674.444	21.722.720	23.674.444
Outros	-	635.909	451.153	635.909	451.153
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	21.617.902	24.244.335	21.617.902	24.244.335
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>5.659.172</b>	<b>11.368.805</b>	<b>18.964.203</b>	<b>29.404.635</b>
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	316.132	346.321	538.718	541.574
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	1.269.946	2.734.635	1.556.803	3.201.877
Provisões trabalhistas e cíveis	16	143.187	129.595	1.164.474	1.759.617
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1				



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES				Consolidado	
		2º semestre de 2021	2021	2020	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>29.977.470</b>	<b>51.708.029</b>	<b>46.314.929</b>	<b>31.064.098</b>	<b>54.345.109</b>	<b>48.779.755</b>
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		19.174.659	35.334.703	26.699.926	19.856.035	36.625.531	28.389.606
. Moeda estrangeira		4.964.780	4.075.768	10.728.223	5.228.529	4.584.818	11.308.569
Resultado com títulos e valores mobiliários		5.235.328	11.228.712	8.123.780	5.376.831	12.065.914	8.318.580
Rendas com administração de fundos e programas		602.703	1.068.846	763.000	602.703	1.068.846	763.000
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(22.623.971)</b>	<b>(34.689.604)</b>	<b>(37.181.089)</b>	<b>(20.542.983)</b>	<b>(31.743.220)</b>	<b>(36.911.078)</b>
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(19.394.816)	(34.170.365)	(24.164.241)	(17.986.418)	(32.144.600)	(23.305.156)
. Moeda estrangeira		(8.408.342)	(6.686.325)	(17.807.591)	(8.408.342)	(6.686.325)	(17.807.591)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros		4.089.640	4.301.648	4.434.013	4.089.640	4.301.648	4.434.013
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.009.937	1.803.817	(361.505)	1.675.012	2.719.325	(945.705)
Reversão (constituição) de provisão		116.866	(433.253)	(7.118.501)	500.100	166.259	(9.449.060)
Recuperação de créditos baixados		893.071	2.237.070	6.756.996	1.174.912	2.553.066	8.503.355
Resultado da carteira de câmbio		79.610	61.621	718.235	87.125	66.732	713.361
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>7.353.499</b>	<b>17.018.425</b>	<b>9.133.840</b>	<b>10.521.115</b>	<b>22.601.889</b>	<b>11.868.677</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>13.553.226</b>	<b>23.216.302</b>	<b>16.826.038</b>	<b>14.122.620</b>	<b>25.519.797</b>	<b>19.950.189</b>
Resultado com equivalência patrimonial		7.2.1 e 7.2.3	13.229.873	23.792.927	11.469.140	2.858.450	4.276.712
Atualização monetária líquida de ativos e passivos			352.854	759.396	1.116.320	354.822	956.911
Amortização de ágios			-	-	(12.867)	(25.748)	(304.357)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos - renda variável		7	1.110.388	1.110.388	(198.801)	5.273.927	(632.330)
Receita de dividendos		7.1.4	514.663	846.289	145.541	6.430.359	818.321
Receita de juros sobre o capital próprio		7.1.4	142.736	142.736	67.871	1.317.904	1.348.825
Resultado com alienações de títulos de renda variável		7.1.3	35.636	35.636	7.516.511	1.676.338	22.683.087
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável		6.5.3	(328)	147.416	61	(96.282)	363.882
Resultado com fundos de investimento em participações societárias			52.821	56.767	18.414	657.032	418.500
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias			-	-	-	406.266	109.222
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		16	(4.189)	(15.447)	(62.661)	(81.542)	(186.936)
Despesas tributárias			(375.930)	(1.056.328)	(607.357)	(640.482)	(1.660.144)
Despesas com pessoal			(670.236)	(1.253.922)	(1.094.275)	(1.098.891)	(2.055.753)
Despesas administrativas			(129.773)	(232.692)	(179.107)	(200.951)	(284.409)
Outras receitas operacionais			14.879	22.214	137.965	67.405	81.278
Outras despesas operacionais			(720.168)	(1.139.078)	(1.503.584)	(792.770)	(1.243.112)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>			<b>20.906.725</b>	<b>40.234.727</b>	<b>25.959.878</b>	<b>48.121.686</b>	<b>31.818.866</b>
Imposto de renda		15.1	(376.333)	(2.190.566)	(2.425.234)	(1.838.192)	(7.425.858)
Contribuição social		15.1	(451.367)	(1.951.523)	(1.776.676)	(1.132.970)	(3.757.173)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização		15.2	(971.338)	(1.868.871)	(938.984)	(2.465.994)	(3.168.188)
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>			<b>19.107.687</b>	<b>34.223.767</b>	<b>20.818.984</b>	<b>19.206.579</b>	<b>20.931.358</b>
Participação nos resultados			(154.678)	(154.678)	(137.488)	(253.570)	(249.862)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>			<b>18.953.009</b>	<b>34.069.089</b>	<b>20.681.496</b>	<b>18.953.009</b>	<b>20.681.496</b>
Quantidade de ações			6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)</b>			<b>3,021020</b>	<b>5,430452</b>	<b>3,296533</b>	<b>3,021020</b>	<b>3,296533</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	BNDES e Consolidado			
	2º semestre de 2021	2021	2020	2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>18.953.009</b>	<b>34.069.089</b>	<b>20.681.496</b>	<b>20.681.496</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>	<b>(6.935.682)</b>	<b>(14.851.104)</b>	<b>(8.350.432)</b>	<b>(8.350.432)</b>
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	(10.064.232)	(22.757.420)	(17.694.322)	(17.694.322)
Efeito fiscal	3.751.784	4.424.261	7.096.194	7.096.194
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos de coligadas	56.838	97.469	(17.725)	(17.725)
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	(679.326)	(745.794)	2.130.892	2.130.892
Outros resultados abrangentes - ativos de coligadas	(746)	6.748	134.529	134.529
<b>Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>	<b>1.360.738</b>	<b>3.463.598</b>	<b>772.717</b>	<b>772.717</b>
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	1.485.015	3.400.924	751.918	751.918
Efeito fiscal	(241.654)	(274.403)	(35.035)	(35.035)
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - de controladas	117.377	337.077	55.834	55.834
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(5.574.944)</b>	<b>(11.387.506)</b>	<b>(7.577.715)</b>	<b>(7.577.715)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>13.378.065</b>	<b>22.681.583</b>	<b>13.103.781</b>	<b>13.103.781</b>

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios		
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		<b>47.249.176</b>	-	<b>4.700.159</b>	<b>201.355</b>	<b>6.734.004</b>	<b>6.551.560</b>	<b>38.947.272</b>	<b>427.065</b>	<b>104.810.591</b>
Aumento de capital		6.734.004	-	-	-	(6.734.004)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	(9.881.245)	2.303.530	-	(7.577.715)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	20.681.496	20.681.496
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	1.034.075	-	-	-	-	(1.034.075)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	7.858.968	-	-	(7.858.968)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	6.876.598	-	(6.876.598)	-
. Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(1.725.110)	(1.725.110)
. Juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	(3.186.745)	(3.186.745)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>53.983.180</b>	-	<b>5.734.234</b>	<b>201.355</b>	<b>7.858.968</b>	<b>13.428.158</b>	<b>29.066.027</b>	<b>2.730.595</b>	<b>113.002.517</b>
Mutações no exercício		6.734.004	-	1.034.075	-	1.124.964	6.876.598	(9.881.245)	2.303.530	8.191.926
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>		<b>53.983.180</b>	-	<b>5.734.234</b>	<b>201.355</b>	<b>7.858.968</b>	<b>13.428.158</b>	<b>29.066.027</b>	<b>2.730.595</b>	<b>113.002.517</b>
Aumento de capital	18.1	7.858.968	-	-	-	(7.858.968)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	(11.083.006)	(304.500)	(11.387.506)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	34.069.089	34.069.089
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	1.703.454	-	-	-	-	(1.703.454)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	12.946.254	-	-	(12.946.254)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	10.732.305	-	(10.732.305)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(4.755.171)	(4.755.171)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(3.931.905)	(3.931.905)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>61.842.148</b>	-	<b>7.437.688</b>	<b>201.355</b>	<b>12.946.254</b>	<b>24.160.463</b>	<b>17.983.021</b>	<b>2.426.095</b>	<b>126.997.024</b>
Mutações no exercício		7.858.968	-	1.703.454	-	5.087.286	10.732.305	(11.083.006)	(304.500)	13.994.507
<b>Em 1º de julho de 2021</b>		<b>53.983.180</b>	<b>7.858.968</b>	<b>5.734.234</b>	<b>201.355</b>	-	<b>13.428.158</b>	<b>23.052.108</b>	<b>2.931.952</b>	<b>15.116.080</b>
Aumento de capital	18.1	7.858.968	(7.858.968)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	(5.069.087)	(505.857)	(5.574.944)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	18.953.009	18.953.009
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	1.703.454	-	-	-	-	(1.703.454)	-
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	12.946.254	-	-	(12.946.254)	-
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	10.732.305	-	(10.732.305)	-
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(4.755.171)	(4.755.171)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	(3.931.905)	(3.931.905)
<b>Em 31 de dezembro 2021</b>		<b>61.842.148</b>	<b>7.858.968</b>	<b>7.437.688</b>	<b>201.355</b>	<b>12.946.254</b>	<b>24.160.463</b>	<b>17.983.021</b>	<b>2.426.095</b>	<b>126.997.024</b>
Mutações no semestre		7.858.968	(7.858.968)	1.703.454	-	12.946.254	10.732.305	(5.069.087)	(505.857)	4.690.989

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES			Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>						
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	20.906.725	40.234.727	25.959.878	24.643.735	48.121.686	31.818.866
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(15.266.967)	(26.694.704)	(10.663.946)	(9.547.984)	(11.787.789)	(1.467.783)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.009.937)	(1.803.817)	361.505	(1.675.012)	(2.719.325)	945.705
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	4.189	15.447	62.661	81.542	159.092	186.936
Resultado com equivalência patrimonial	(13.229.873)	(23.792.927)	(11.469.140)	(2.858.450)	(4.276.712)	(419.951)
Amortização de ágios	-	-	-	12.867	25.748	304.357
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	70.334	125.497	161.785	70.334	125.497	161.785
Depreciação	8.380	18.900	20.503	8.380	18.900	20.503
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos - renda variável	(1.110.388)	(1.110.388)	198.801	(5.283.927)	(5.271.639)	632.330
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	328	(147.416)	(61)	96.282	150.650	(36



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>RECEITAS</b>	<b>54.570.841</b>	<b>54.742.696</b>	<b>71.079.186</b>	<b>72.038.208</b>
Intermediação financeira	51.708.029	46.314.929	54.345.109	48.779.755
Outras receitas	1.058.995	8.789.272	14.014.752	24.204.158
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	1.803.817	(361.505)	2.719.325	(945.705)
<b>DESPESAS</b>	<b>(37.685.619)</b>	<b>(38.385.898)</b>	<b>(35.902.422)</b>	<b>(38.239.695)</b>
Intermediação financeira	(36.493.421)	(36.819.584)	(34.462.545)	(35.965.373)
Outras despesas	(1.192.198)	(1.566.314)	(1.439.877)	(2.274.322)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>904.915</b>	<b>(347.945)</b>	<b>4.964.498</b>	<b>(869.185)</b>
Materiais, energia e outros	(16.225)	(14.579)	(25.469)	(25.325)
Serviços de terceiros	(189.248)	(134.565)	(281.672)	(211.530)
Perda (recuperação) de valores ativos	1.110.388	(198.801)	5.271.639	(632.330)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>17.790.137</b>	<b>16.008.853</b>	<b>40.141.262</b>	<b>32.929.328</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(11.529)</b>	<b>(11.277)</b>	<b>(18.900)</b>	<b>(20.503)</b>
Depreciação	(11.529)	(11.277)	(18.900)	(20.503)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>17.778.608</b>	<b>15.997.576</b>	<b>40.122.362</b>	<b>32.908.825</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>24.781.952</b>	<b>11.682.552</b>	<b>12.063.885</b>	<b>2.587.097</b>
Resultado de equivalência patrimonial	23.792.927	11.469.140	4.276.712	419.951
Dividendos e juros sobre capital próprio	989.025	213.412	7.787.173	2.167.146
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>42.560.560</b>	<b>27.680.128</b>	<b>52.186.247</b>	<b>35.495.922</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>42.560.560</b>	<b>100,0%</b>	<b>52.186.247</b>	<b>100,0%</b>
Pessoal e encargos	1.117.682	2,6%	1.831.789	3,5%
- Remuneração direta	691.234	1,6%	1.132.987	2,1%
- Benefícios	337.727	0,8%	553.651	1,1%
- FGTS	54.082	0,1%	88.365	0,2%
- Outros	34.639	0,1%	56.786	0,1%
Impostos, taxas e contribuições	7.215.088	17,0%	16.025.203	30,8%
- Federais	7.194.211	16,9%	16.000.434	30,7%
- Estaduais	7	0,0%	10	0,0%
- Municipais	20.870	0,0%	24.759	0,0%
Aluguéis	4.023	0,0%	6.596	0,0%
Participação nos resultados	154.678	0,4%	253.570	0,5%
Dividendos e juros sobre capital próprio	8.687.076	20,4%	8.687.076	16,6%
Lucros retidos	25.382.013	59,6%	25.382.013	48,6%

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## MEMBRAS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente  
Walter Baere de Araújo Filho  
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz  
Sônia Aparecida Consiglio  
Pedro Maciel Capeluppi  
Marcelo Pacheco dos Guararvs  
João Laudo de Camargo  
Heloisa Belotti Bedicks  
Fábio de Barros Pinheiro  
Joisa Campanher Dutra Saraiva

### CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana - Presidente  
Marília Moreira Garcez  
Diogo Mac Cord de Faria  
Antônio Simões Branco Junior - Suplente

### COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente  
Maria Salete Garcia Pinheiro  
Paulo Marcelo de Miranda Serrano

### DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente  
Bianca Nasser Patrocínio  
Bruno Caldas Aranha  
Bruno Laskowsky  
Claudenir Brito Pereira  
Fábio Almeida Abrahão  
Ricardo Wering de Barros  
Rodrigo Donato de Aquino  
Saulo Benigno Puttini  
Solange Paiva Vieira

### SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patricia da Silva Barros

### CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva - CRC RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Brasília - DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), identificadas como BNDES e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### 1 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Conforme Notas Explicativas nº 5.6 e 26.5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Principal assunto de auditoria**  
O BNDES classifica suas operações de crédito e repasses interfinanceiros, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômica financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo.

O BNDES aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99 a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e complementa, quando necessário, suas estimativas dessa provisão com base em estudos internos.

A classificação das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros em níveis de risco, bem como a determinação dos percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do BNDES, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas de crédito dessas carteiras.

Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, inerentes à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, incluindo as metodologias e os controles relacionados com a classificação das operações nos níveis de risco ("ratings") e as principais premissas utilizadas e a exatidão aritmética do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;
- avaliação, com base em amostragem, das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo BNDES, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras, garantias, incluindo a avaliação dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19;
- avaliação, com base em amostragem, se o BNDES atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;
- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado os saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

#### 2 - Títulos e valores mobiliários

Conforme Notas Explicativas nº 6 e 26.6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Principal assunto de auditoria**  
O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações sobre esses saldos de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários divulgadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para os instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para mensurar esses valores.

Adicionalmente, os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, o que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação.

Desta forma, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" como um dos principais assuntos de auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados;
- recálculo por amostragem, do valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento"; e
- avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, a avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

#### 3 - Participações em Coligadas

Conforme Notas Explicativas nº 7 e 26.7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Principal assunto de auditoria**  
O BNDES, através de sua controlada BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado, nas quais possui influência significativa, e, que compõem parte relevante de seu portfólio de investimentos, assim como contribuem de forma relevante para os resultados auferidos pelo BNDES ao longo do período.

Esses investimentos são classificados na categoria contábil de "participações em coligadas" e são registrados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Quando há indícios de perdas, é necessária a realização de testes de redução ao valor recuperável ("impairment") destas coligadas. As principais premissas dos modelos de avaliação econômica utilizados são: (i) o fluxo de caixa projetado da coligada; (ii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iii) o plano de negócio da companhia para os anos subsequentes.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dessas premissas, agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelo auditores da controlada BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, a qual incluiu a discussão dos riscos de distorção de auditoria também relacionadas às estimativas e resultou no envio de instruções específicas aos auditores independentes desta controlada;
- para responder aos riscos de distorção relacionados às participações em coligadas, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das instruções do trabalho enviadas pelos auditores independentes das coligadas, dos procedimentos de auditoria realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito das distorções não corrigidas;
- revisão dos papéis de trabalho do auditor da controlada BNDES Participações S.A. - BNDESPAR; e
- avaliação da adequação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor do investimento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

#### 4 - Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 17 e 26.15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Principal assunto de auditoria**  
O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.

Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados;
- avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e
- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.







MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva do BNDES, e apresentadas como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do BNDES. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria executiva do BNDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2

## PARECER CONSELHO FISCAL (Nº. 01 /2022)

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso I do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, e, com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Informação Padronizada ACO/DEPCO nº 01/2022, e respectivos anexos, que assinalou terem sido as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, assim como com as práticas contábeis específicas determinadas no Caderno de Práticas Contábeis do Sistema BNDES e foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes; ii) Nota Referencial AJ11/JUFFT 02/2021, a qual expõe as orientações jurídicas gerais direcionadas aos Departamentos responsáveis por elaborar e por encaminhar as demonstrações financeiras das empresas do Sistema BNDES às alçadas decisórias competentes; iii) Relatório do Comitê de Auditoria do Sistema BNDES – 2º Semestre de 2021, de 22/02/2022, que concluiu que as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira das instituições em seus aspectos relevantes; e iv) Relatório dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 24/02/2022, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 31/12/2021, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso II do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, inciso III da Lei Nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 34.069.088.776,17 (trinta e quatro bilhões, sessenta e nove milhões, oitenta e oito mil, setecentos e setenta e seis reais e dezessete centavos), já contemplada nas referidas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 1.703.454.438,81 (um bilhão, setecentos e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- 25%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 8.091.408.584,34 (oitobilhões, noventa e um milhões,

quatrocentos e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), a título de remuneração mínima obrigatória, integralmente pagos ao longo do exercício de 2021, dos quais R\$ 3.931.904.244,08 (três bilhões, novecentos e trinta e um milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e quarenta e oito reais e oito centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio – JCP e R\$ 4.159.504.340,26 (quatro bilhões, cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) na forma de Dividendos;

c) R\$ 595.666.078,11 (quinhentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setenta e oito reais e onze centavos), a título de remuneração complementar, integralmente pagos ao longo do exercício de 2021, na forma de Dividendos;

d) 40%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 12.946.253.734,94 (doze bilhões, novecentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos), para a constituição da Reserva para Futuro Aumento de Capital e, nos termos do parágrafo 9º do Art. 68 do Estatuto Social do BNDES e da Resolução CMN nº 4.872/2020, posterior aumento do capital social, mediante autorização do Banco Central do Brasil, pela incorporação dessa reserva, até o limite do capital autorizado previsto no Art. 13 do Estatuto, sem a emissão de novas ações, independentemente de alteração estatutária, após aprovação da destinação do resultado pela Assembleia Geral; e

e) R\$ 10.732.305.939,97 (dez bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, trezentos e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), para a constituição de Reserva para Equalização de Dividendos Complementares.

Examinou, outrossim, tendo em vista o disposto no art. 4º, §5º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Estudo Técnico sobre obrigações e créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e, com base em seu exame, entende que os créditos tributários do BNDES, em 31/12/2021, estão registrados de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2022

Prícilla Maria Santana  
Diogo Mac Cord de Faria  
Marília Moreira Garcez

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES 2º Semestre de 2021

O Comitê de Auditoria realizou 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 6 (seis) reuniões extraordinárias no período de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, e participou das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscais das três companhias que compõem o Sistema BNDES, além de reuniões com as Diretorias Executivas e com o Comitê de Riscos, e de ter cumprido jornadas individuais previstas em seu Regimento Interno. No decorrer do semestre, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras e ao acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e da correção de fragilidades e de falhas pontuais.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis elaboradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à Auditoria Interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco e suas subsidiárias.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos do Sistema BNDES e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

- O sistema de controles internos do Sistema BNDES mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e de permitir ações corretivas tempestivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira do Banco no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. A despeito disso, o Comitê entende que a Diretoria Executiva deve continuar investindo no aprimoramento dos processos corporativos e na atualização tecnológica, a fim de proporcionar uma gestão mais eficiente dos processos internos e a mitigação de riscos relevantes inerentes aos negócios, em especial no aprimoramento do processo de Gerenciamento de Capital e do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process – ICAAP*).
- A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função, tendo no período em análise, concentrado esforços na conclusão dos trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades – PAINT provado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União – CGU, e nos decorrentes de demandas legais.
- Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e efetividade da atuação da KPMG Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria externa contratados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial S/A - FINAME e Fundos Administrados, e da Grant Thornton Auditores Independentes, para a BNDES Participações S/A - BNDESPAR, tendo as duas companhias cumprido os cronogramas de realização das revisões das demonstrações financeiras e os trabalhos realizados no período mostraram-se adequados às necessidades do Sistema BNDES.
- A Ouvidoria do Sistema BNDES atua de forma efetiva, dando o devido tratamento às mensagens e denúncias recebidas, acompanhando a solução dos problemas e ela encaminhados e elaborando adequadamente os relatórios de atividades, que são avaliados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração do Sistema BNDES.

- A Instituição mantém planos de benefícios definidos administrados por entidade fechada de previdência privada, avaliando o Comitê que é necessário manter o acompanhamento sistemático sobre os parâmetros dos cálculos atuariais, a performance do valor justo dos ativos, a gestão de investimentos e os resultados do plano de benefício (PBB), bem como do Plano de Assistência e Saúde (PAS), reforçando o processo de supervisão, sob responsabilidade da Diretoria Executiva do BNDES, não apenas para solução de apontamentos emitidos pela Auditoria Interna, mas também para aprimorando a governança e das práticas de supervisão, alinhando-as às melhores práticas de mercado.
- As Demonstrações Contábeis das empresas do Sistema BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em seus aspectos relevantes.
- A Política de Transações com Partes Relacionadas é revista anualmente, sendo devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, não tendo o Comitê de Auditoria tomado conhecimento de transações efetivadas no período que estejam em desacordo com as normas pertinentes e a política aprovada, tendo a Auditoria Interna identificado oportunidades de melhoria no ambiente de controle e governança do processo corporativo relacionadas à identificação e reporte das transações com partes relacionadas que estão em fase de implementação pela Instituição; e
- Não há situações relevantes das quais existam divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis das empresas do Sistema BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 do Sistema BNDES, acompanhados dos Relatórios dos Auditores Independentes que serão emitidos sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Fábio de Barros Pinheiro  
Membro do Comitê de Auditoria – Presidente/Coordenador

Maria Salete Garcia Pinheiro  
Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Marcelo de Miranda Serrano  
Membro do Comitê de Auditoria

## BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

### SENHOR AÇONISTA E DEMAIS INTERESSADOS:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

#### 1. BNDESPAR

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem por objetivo apoiar as empresas brasileiras através de instrumentos de renda variável.

A BNDESPAR está presente em todos os estágios de crescimento das companhias, apoiando empresas nascentes, iniciantes ou até pré-operacionais com forte viés inovador, por meio de fundos de investimento administrados por gestores de mercado escolhidos através de um rigoroso processo de seleção. Empresas em estágios mais avançados de maturidade podem ser apoiadas por meio de fundos de *Private Equity* ou da subscrição de valores mobiliários (participação direta), como ações ou debêntures conversíveis. A figura a seguir ilustra a atuação da BNDESPAR em todos os estágios de crescimento das empresas:



A Política de atuação em Mercado de Capitais prevê metodologias alternativas e/ou complementares de avaliação de preço para tomada de decisão de investimentos e desinvestimentos, enquanto a anterior priorizava o uso do método do fluxo de caixa descontado.

Conforme estabelecido no Plano Trienal 2020-2022, a BNDESPAR vem realizando desinvestimentos de ativos de renda variável, com o intuito de realocar os recursos em outras atividades, bem como de reduzir o grau de exposição da carteira à volatilidade do mercado.

#### 2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, e de forma desigual por setores e por regiões geográficas.

Estados Unidos e China foram os principais motores da economia mundial em 2021, com crescimento no ano da ordem de 6% e de 8% respectivamente. Os dois países se depararam com reveses ao longo do ano: os EUA enfrentaram momentos de recrudescimento da pandemia com a chegada da variante delta, no terceiro trimestre; e a China defrontou-se com as crises domésticas nos setores de construção, de logística e de energia.

A recuperação da atividade foi acompanhada em todo o mundo por uma elevação nos preços ao produtor e ao consumidor. Além da retomada das atividades, que trouxe consigo um aumento na demanda por bens e serviços, o fenômeno inflacionário global foi acentuado pelo surgimento de gargalos produtivos, originados na escassez de insumos (inclusive mão-de-obra), em dificuldades na logística internacional, e na desorganização das cadeias produtivas, em especial aquelas mais internacionalizadas.

Dada a implementação de instrumentos variados de mitigação dos efeitos da pandemia sobre a renda disponível das populações em diversos países, houve também uma elevação na dívida pública em âmbito mundial. Esse aspecto, junto com a perspectiva cada vez mais próxima, em função da inflação alta, de elevações nos juros internacionais, se traduziu em um ambiente externo crescentemente desafiador para os países em desenvolvimento em 2021.

O Brasil está inserido nesse contexto geral. Estima-se que o crescimento do PIB em 2021 tenha sido ao redor de 4,5% (Relatório Focus do Banco Central de 7 de janeiro de 2022). Ao mesmo tempo, a crise hídrica e o padrão heterogêneo da retomada da economia brasileira contribuíram para elevações representativas nos preços de certos grupos de produtos, bens e serviços no país ao longo de 2021. A inflação medida pelo IPCA alcançou 10,06% no ano. Para moderar o ritmo de alta nos preços, a Selic (taxa de juros de referência do Bacen), que iniciou 2021 a 2,00% ao ano, foi sendo progressivamente elevada



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de assinatura.  
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fp.gazetasp.com.br>



MINISTÉRIO DA ECONOMIA



a partir de março, encerrando 2021 a 9,25% ao ano. O Real desvalorizou-se em cerca de 7% em 2021.

O avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por covid-19 no Brasil e, com o aumento da mobilidade e normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram ao

mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que atingiu 14,9% no primeiro trimestre do ano, passou a cumprir trajetória cadente a partir de abril, ficando em 12,1% no trimestre encerrado em outubro de 2021, com 12,9 milhões de pessoas desocupadas (dados disponibilizados pelo IBGE em 28/12/2021).

Na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2020, o contingente de ocupados no país aumentou em 8,7 milhões de trabalhadores. O nível de ocupação subiu para 54,6% no trimestre encerrado em outubro de 2021, o maior desde o início da pandemia. O trabalho informal teve contribuição relevante para o aumento da população ocupada: os trabalhadores por conta própria compõem a categoria que mais se expandiu na variação em um ano (mais 3,5 milhões). Em seguida, estão os empregados com carteira assinada (mais 2,6 milhões), e os trabalhadores sem carteira assinada (mais 2,0 milhões).

Apesar do quadro geral de recuperação econômica no Brasil em 2021, os dados do segundo semestre da atividade econômica indicam uma desaceleração na indústria e no comércio. Parte disso se deve, na indústria, a dificuldades de normalização da produção em virtude da já referida desorganização das cadeias de suprimento globais, que deve persistir até meados de 2022. No comércio, pesa o efeito do deslocamento da demanda por bens para o setor de serviços, devido à reabertura da economia. Observa-se ainda uma deterioração do consumo das famílias em virtude do baixo dinamismo da massa de rendimento real, com recuo de 1,9% na comparação do trimestre encerrado em outubro de 2021 com aquele encerrado em outubro de 2020. Ainda não está claro qual será o ritmo de crescimento em 2022. De um lado, espera-se a continuidade da normalização das atividades e da melhora gradual do nível de ocupação, com os serviços seguindo como o principal setor a contratar mão-de-obra; de outro, acumulam-se fatores de incerteza, como a aversão ao risco dos mercados internacionais influenciando o dólar, a inflação, e a política monetária doméstica. Persiste ainda algum risco de novas ondas de contágio pelo coronavírus com o aparecimento de novas variantes, como no caso da ômicron. A mediana das estimativas de mercado para o PIB do Brasil em 2022 está em 0,28% (Relatório Focus, de 07/01/2022).

Para uma retomada sustentada da economia, o nível de investimentos no Brasil precisa continuar a se expandir, o que indica a continuidade de relevante demanda por recursos do BNDES em seus diferentes mecanismos de crédito e participação. Nesse contexto, em atuação complementar aos seus produtos de financiamento, o BNDES seguirá disponibilizando apoio às empresas brasileiras mediante instrumentos de renda variável por meio de sua subsidiária BNDESPAR. A estratégia da instituição envolve a oferta de fundos de crédito para MPME, para inovação, e para infraestrutura, disponível em todos os estágios de crescimento das companhias, dentro das diretrizes definidas no Plano Trienal 2020-2022. Empresas que já possuem seu capital aberto podem seguir contando também com apoio através de operações privadas estruturadas ou por meio da participação da BNDESPAR em ofertas públicas. O BNDES continuará a aperfeiçoar sua parceria com as instituições públicas e privadas e com as empresas brasileiras para a promoção do desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e realização de investimentos no país. Esse cenário geral indica que a demanda por recursos do BNDES crescerá em alta em 2022.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO



A BNDESPAR apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 19.655 milhões em 2021, um crescimento de 64,8% diante do lucro líquido ajustado de R\$ 11.926 milhões do ano anterior, explicado sobretudo pelo aumento do resultado com participações societárias.

As informações financeiras detalhadas, bem como os principais indicadores que serão apresentados nas próximas seções foram preparados de acordo com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1. Principais Indicadores

	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2021	2020	Δ(%)	4T21	4T20	Δ(%)
<b>Resultado</b>						
Resultado com Participações Societárias (RPS)	12.362	2.457	403,1	6.012	1.208	397,7
Resultado com Operações Financeiras	2.483	1.285	93,2	1.016	411	147,2
Outras Despesas (líquidas)	(1.173)	(1.407)	(16,6)	(391)	(455)	(14,1)
Tributos sobre o Lucro	(1.426)	(564)	153,3	(1.206)	(269)	348,3
Participação dos Empregados no Lucro	(66)	(77)	(14,3)	(66)	(77)	(14,3)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>12.181</b>	<b>1.694</b>	<b>618,6</b>	<b>5.365</b>	<b>818</b>	<b>555,1</b>
Outros Resultados Abrangentes	(18)	6.237	(100,3)	(305)	9.532	(103,2)
<b>Lucro (Prejuízo) Abrangente</b>	<b>12.163</b>	<b>7.931</b>	<b>53,4</b>	<b>5.059</b>	<b>10.350</b>	<b>(51,1)</b>

	2021	2020	Δ(%)	4T21	4T20	Δ(%)
<b>Resultado Ajustado</b>						
Resultado com Participações Societárias Ajustado <sup>1</sup>	24.216	18.678	29,6	6.102	9.156	(33,4)
Resultado com Operações Financeiras	2.483	1.285	93,2	1.016	411	147,2
Outras Despesas (líquidas) Ajustada <sup>1</sup>	(1.703)	(2.126)	(19,9)	(394)	(806)	(51,1)
Tributos sobre o Lucro Ajustado <sup>1</sup>	(5.276)	(5.835)	(9,6)	(1.236)	(2.852)	(56,7)
Participação dos Empregados no Lucro	(66)	(77)	(14,3)	(66)	(77)	(14,3)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>19.655</b>	<b>11.926</b>	<b>64,8</b>	<b>5.422</b>	<b>5.831</b>	<b>(7,0)</b>

<sup>1</sup> O resultado com participações societárias e o lucro líquido ajustados consideram o efeito das alienações que deixaram de ser reconhecido no resultado líquido do exercício, a partir de 2018 com a adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

	2021	2020	Δ(%)	4T21	4T20	Δ(%)
<b>Posição Financeira</b>						
<b>vo Total (AT)</b>	<b>115.104</b>	<b>116.775</b>	<b>(1,4)</b>	<b>115.104</b>	<b>109.386</b>	<b>5,2</b>
Disponibilidades	50.630	38.923	30,1	50.630	43.200	17,2
Debêntures <sup>2</sup>	2.143	3.960	(45,9)	2.143	2.260	(5,2)
Participações Societárias (PS) <sup>3</sup>	58.486	70.688	(17,3)	58.486	60.376	(3,1)
Não coligadas	44.385	57.478	(22,8)	44.385	44.995	(1,4)
Coligadas	10.936	10.974	(0,3)	10.936	12.468	(12,3)
Fundos de Participações de Renda Variável	3.164	2.236	41,5	3.164	2.913	8,6
Outros Ativos	3.846	3.204	20,0	3.846	3.550	8,3
Outras Obrigações	11.680	13.172	(11,3)	11.680	6.353	83,8
Patrimônio Líquido (PL)	103.424	103.603	(0,2)	103.424	103.033	0,4

<sup>2</sup> Líquidas de provisão.

<sup>3</sup> No cálculo do indicador financeiro "Participações Societárias/Ativo Total", o saldo de participações societárias contempla o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, por tratar-se de participação societária.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	30/09/2021
<b>Indicadores Financeiros</b>				
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	89,85%	88,72%	89,85%	94,19%
Participações Societárias/Ativo	50,81%	60,53%	50,81%	55,20%
Total (PS/AT) <sup>3</sup>				

<sup>3</sup> No cálculo do indicador financeiro "Participações Societárias/Ativo Total", o saldo de participações societárias contempla o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, por tratar-se de participação societária.

	31/12/2021	31/12/2020	4T21	4T20
<b>Rentabilidade</b>				
Retorno s/ Ativos (LL/AT médio) <sup>4</sup>	10,51%	1,41%	4,78%	0,74%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL médio) <sup>4</sup>	11,77%	1,61%	5,20%	0,82%

<sup>4</sup> O cálculo do retorno considera a média aritmética dos saldos iniciais e finais do Ativo e do PL dos respectivos períodos e exclui os ajustes a valor de mercado (líquido de tributos no caso do retorno sobre PL).

	31/12/2021	31/12/2020	4T21	4T20
<b>Rentabilidade ajustada pelas alienações</b>				
Retorno s/ Ativos (LL/AT médio) ajustado pelas alienações <sup>4</sup>	25,37%	16,73%	27,41%	33,33%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL médio) ajustado pelas alienações <sup>4</sup>	25,16%	16,29%	26,66%	31,92%

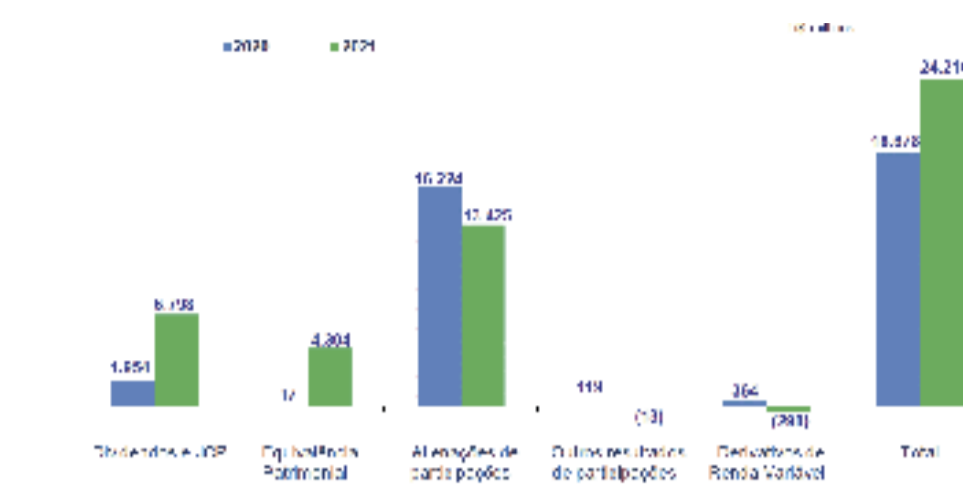
<sup>4</sup> O cálculo do retorno considera a média aritmética dos saldos iniciais e finais do Ativo e do PL dos respectivos períodos e exclui os ajustes a valor de mercado (líquido de tributos no caso do retorno sobre PL).

3.2. Resultado

A BNDESPAR registrou lucro líquido ajustado de R\$ 5.422 milhões no 4T21, uma redução de 7%, em relação ao lucro líquido de R\$ 5.831 milhões no mesmo período do ano anterior. O resultado do trimestre foi impactado, principalmente, pelas maiores receitas com dividendos e JCP, pelo crescimento expressivo com equivalência patrimonial e em menor montante pelo resultado com alienações de participações societárias e amortização de cotas de fundos de investimento.

No acumulado de 2021, a BNDESPAR apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 19.655 milhões, um crescimento de 64,8% diante do lucro líquido ajustado de R\$ 11.926 milhões em 2020, em razão dos maiores resultados com equivalência patrimonial e com dividendos e JCP, a despeito do menor resultado com alienações de participações societárias.

3.2.1 Resultado com Participações Societárias



O resultado com participações societárias ajustado no 4T21 foi um lucro de R\$ 6.102 milhões, dos quais R\$ 6.012 milhões reconhecidos no resultado e R\$ 90 milhões, referentes a alienações de instrumentos financeiros, registrados diretamente em lucros acumulados. A queda em relação ao resultado de R\$ 9.156 milhões do 4T20 é explicada, sobretudo, pelo menor resultado com alienações, de R\$ 1.660 milhões (R\$ 7.948 milhões no período anterior), atenuada pelo maior resultado com Dividendos/JCP e Equivalência Patrimonial.

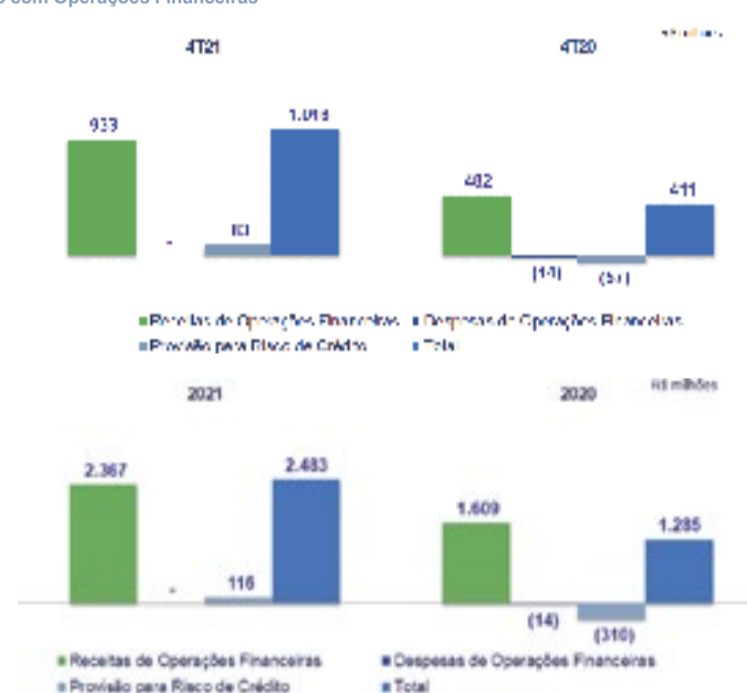
No acumulado de 2021, esse resultado foi um lucro de R\$ 24.216 milhões, sendo R\$ 12.362 milhões reconhecidos no resultado e R\$ 11.854 milhões registrados diretamente em lucros acumulados. O crescimento de 29,6% diante do resultado ajustado de R\$ 18.678 milhões registrado no ano anterior é explicado majoritariamente pelo maior recebimento de dividendos e JCP e pelo aumento do resultado de equivalência patrimonial.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio no 4T21 teve como destaque, os dividendos recebidos da Petrobras, no montante de R\$ 2.984 milhões. No acumulado do ano, a Petrobras, a COPEL e a Eletrobras representaram 94% do total da receita com dividendos e JCP.

O resultado com equivalência patrimonial de R\$ 4.304 milhões, em 2021, representa um crescimento significativo em relação aos R\$ 17 milhões do ano passado e foi impactado pelo maior resultado de JBS.

O resultado negativo com derivativos de renda variável, de R\$ 19 milhões no 4T21 e de R\$ 298 milhões no acumulado do ano decorrem da desvalorização do ativo objeto.

3.2.2 Resultado com Operações Financeiras



O resultado com operações financeiras alcançou R\$ 2.483 milhões em 2021, o que representa um crescimento de 93,2% em relação ao ano anterior. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento do resultado com operações compromissadas, acompanhando o ciclo de crescimento da taxa de juros (SELIC) ao longo do período.

3.2.3. Outras Despesas, líquidas

No acumulado de 2021, as outras despesas, líquidas, apresentaram redução de 16,6%, explicada principalmente por: (i) queda nas despesas de pessoal, devido à redução do percentual de rateio da BNDESPAR, de 31% em 2020 para 26% em 2021, no total das despesas administrativas do Sistema BNDES; e (ii) menores despesas com atualização monetária dos dividendos pagos ao acionista único, com queda de 42,4% em relação a 2020.

3.2.4. Tributação sobre o Lucro

Os tributos sobre o lucro em 2021 acompanharam o resultado tributável, influenciado pelo maior resultado com operações financeiras e pelo menor resultado com a alienação de investimentos em não coligadas.

Considerando os impostos incidentes sobre as alienações de instrumentos patrimoniais, registrados em outros resultados abrangentes<sup>2</sup>, as despesas com imposto de renda e contribuição social foram de R\$ 5,3 bilhões em 2021 (R\$ 5,8 bilhões em 2020).

3.3. Posição Financeira

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 115,1 bilhões em 31/12/2021, um crescimento de 5,2% em relação à posição de R\$ 109,4 bilhões, de 30/09/2021, decorrente do aumento das disponibilidades, devido ao maior recebimento de dividendos e JCP e da entrada de recursos oriundos de alienações de investimentos. Na comparação anual, o ativo se manteve no mesmo patamar.

3.3.1. Disponibilidades

O aumento de R\$ 7.430 milhões (17,2%) no 4T21 é explicado, principalmente, pela entrada de recursos advindos do recebimento de dividendos e JCP (destaque para Petrobras), pelo efeito caixa da alienação de ações, com destaque para JBS, somados à própria remuneração de operações compromissadas.

Em 2021, o crescimento foi de 30,1% em relação ao ano anterior, em função dos já citados efeitos da entrada de recursos de venda de participações societárias, incluindo as alienações de Vale e Klabin realizadas no 1S21. Atenuaram esses efeitos os pagamentos de dividendos complementares sobre lucros do exercício anterior.

3.3.2. Debêntures

Em 2021, houve queda de R\$ 1.817 milhões (45,9%) na carteira de debêntures em relação ao ano anterior impactada por alienações e vencimento de debêntures. A queda na comparação trimestral resulta da liquidação de principal e juros de debêntures em carteira.

3.3.3. Participações Societárias

Em 31/12/2021, a carteira de participações societárias era de R\$ 58.486 milhões, o que representa uma redução de 3,1% no 4T21, em razão principalmente da alienação de ações de JBS.

Em termos anuais, a redução foi de 17,3%, em virtude, adicionalmente, da alienação de ações de Vale e Klabin, conjugada com a desvalorização acumulada da carteira de participações societárias em não coligadas.

Em 31/12/2021, a carteira de participações societárias em não coligadas da BNDESPAR, representada pelo valor justo, apresenta um ganho potencial de R\$ 32.879 milhões.

3.3.4. Gerenciamento da Carteira de Investimentos

O gerenciamento da carteira de investimentos enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Ao longo dos últimos anos, conforme já comentado, a BNDESPAR vem efetuando desinvestimentos de ativos de renda variável. Em 31 de dezembro de 2021, tal carteira compreendia títulos de emissão de 113 empresas (incluindo ações em 80) e de 49 fundos, conforme distribuição setorial abaixo:

Distribuição setorial da Carteira de Investimentos					
	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	40,8%	0,0%	0,0%	0,3%	37,9%
Alimentos/Bebidas	28,8%	0,0%	0,0%	0,0%	26,7%
Energia Elétrica	17,4%	48,8%	0,0%	99,7%	17,9%
Logística/Transporte	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,1%
Bens de Capital	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%
Outros	5,8%	51,2%	100,0%	0,0%	10,8%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Adicionalmente, nesta mesma data, a BNDESPAR tinha representantes em 8 Conselhos Fiscais e em 29 Conselhos de Administração no universo de 80 empresas em que mantinha participação acionária, além de Acordo de Acionistas em 38 empresas.

3.3.5. Outras Obrigações

O saldo de outras obrigações apresentou acréscimo de R\$ 5.327 milhões (83,8%) no 4T21, devido, ao registro de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2021, no montante de R\$ 4.668 milhões, e de provisão de impostos e contribuições sobre o lucro, de R\$ 762 milhões.

3.3.6. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) se manteve estável em 31/12/2021 em relação a 30/09/2020, destacando-se o lucro líquido ajustado no 4T21 de R\$ 5,4 bilhões, atenuado pelo ajuste de avaliação patrimonial negativo de R\$ 362 milhões, líquido de tributos, oriundo, principalmente, da desvalorização da carteira de participações societárias a valor justo e pelo registro dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 4,7 bilhões sobre o lucro de 2021.

No ano, considerando ainda o pagamento de dividendos complementares sobre lucro de 2020 e a desvalorização de participações societárias em não coligadas, houve uma redução de 0,2% do Patrimônio Líquido.

4. INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarando que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

<sup>1</sup> Desde 2018, com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes e da amortização de cotas de fundos de investimento deixaram de transitar pelo Resultado do Exercício, sendo registrados diretamente em Lucros (Prejuízos) acumulados.

<sup>2</sup> Desde 2018, com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes e da amortização de cotas de fundos de investimento deixaram de transitar pelo Resultado do Exercício, sendo registrados diretamente em Lucros (Prejuízos) acumulados.

<sup>3</sup> Em 30/09/2021, o ganho potencial era de R\$ 33.381 milhões.



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fjp.gazetasp.com.br>



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>55.555.224</b>	<b>51.433.993</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.889.142</b>	<b>3.347.982</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.1 e 12.1	50.629.913	38.923.297	Outras obrigações		6.889.142	3.347.982
Títulos e valores mobiliários		3.346.571	11.837.692	Impostos e contribuições sobre o lucro	11.1.1	1.073.612	136.029
Debêntures	5	879.590	1.375.569	Outros impostos e contribuições		38.513	65.261
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	571.696	10.045.547	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.1 e 12.1	4.668.148	2.832.368
Instrumentos financeiros derivativos	3.4	533.725	10.916	Passivo atuarial	12.3 e 13.1	79.316	62.892
Cotas de fundos de investimento	6	1.361.560	405.660	Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		96.942	-
<b>Outros créditos</b>		<b>628.269</b>	<b>641.989</b>	Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	752.445	36
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	39.634	39.888	Diversas	11.3	180.166	251.396
Direitos recebíveis	7	115.978	12.661	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.791.050</b>	<b>9.823.687</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	4.1	132.415	227.301	Outras obrigações		4.791.050	9.823.687
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	320.256	92.147	Passivo atuarial	12.3 e 13.1	594.778	802.005
Cessão de direito de capitalização	8.2	-	14	Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.014.183	1.623.722
Devedores por depósitos em garantia	8.1	7.171	4.327	Tributos diferidos	11.1.2	3.182.089	7.397.960
Diversos	8.3	12.815	265.651	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14	<b>103.424.074</b>	<b>103.602.486</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>-</b>	<b>999</b>	Capital social		60.344.504	60.344.504
Ativos mantidos para venda	4.3	950.471	30.016	Reservas de lucros		18.351.611	11.037.364
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>59.549.042</b>	<b>65.340.162</b>	Reserva legal		2.391.575	1.408.807
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>48.613.499</b>	<b>54.366.121</b>	Reserva de incentivos fiscais		268.341	268.341
Títulos e valores mobiliários		46.880.683	52.218.800	Reserva estatutária		-	1.687.248
Debêntures	5	1.263.300	2.584.699	Remuneração adicional proposta		15.691.695	7.672.968
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	43.813.234	47.432.368	Ajustes de avaliação patrimonial		24.727.959	32.220.618
Cotas de fundos de investimento	6	1.802.524	1.829.879	Próprios		22.191.042	29.042.124
Instrumentos financeiros derivativos	3.4	1.625	371.854	De coligadas		2.536.917	3.178.494
<b>Outros créditos</b>		<b>1.732.816</b>	<b>2.147.321</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>115.104.266</b>	<b>116.774.155</b>
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	505.759	874.897				
Direitos recebíveis	7	5.062	81.011				
Incentivos fiscais		25.798	16.427				
Devedores por depósitos em garantia	8.1	763.834	742.902				
Cessão de direito de capitalização	8.2	430.503	430.503				
Diversos	8.3	1.860	1.581				
<b>Investimentos</b>		<b>10.935.543</b>	<b>10.974.041</b>				
Participações em coligadas	4.3	10.935.543	10.974.041				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>115.104.266</b>	<b>116.774.155</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

	Nota explicativa	2021	2020
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>16.264.883</b>	<b>6.580.375</b>
<b>De participações societárias</b>		<b>13.897.478</b>	<b>4.971.615</b>
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	5.625.123	2.549.900
Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	4.3.2	1.571.131	3.239
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(298.066)	363.821
Juros sobre o capital próprio	4.2.2	1.214.078	1.280.954
Dividendos	4.2.2	5.584.070	672.779
Outras receitas (despesas) com participações societárias	4.3	48.217	13.094
Resultado com fundos de investimento		152.925	87.828
<b>De operações financeiras</b>		<b>2.367.405</b>	<b>1.608.760</b>
Receitas de operações de crédito		114.183	185.015
Títulos e valores mobiliários		1.760.025	1.423.007
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		493.197	738
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.419.284)</b>	<b>(2.837.988)</b>
<b>De participações societárias</b>		<b>(1.535.357)</b>	<b>(2.514.616)</b>
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(1.321.062)	(2.533.336)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	4.1 e 4.3.4	(214.295)	18.720
<b>De operações financeiras</b>		<b>116.073</b>	<b>(323.372)</b>
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	9.2	116.073	(310.065)
Resultado da carteira de câmbio		-	(13.307)
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.172.700)</b>	<b>(1.407.051)</b>
Despesas com tributos		(304.836)	(236.126)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(4.514)	(2.668)
Despesas com pessoal		(534.554)	(617.376)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(142.889)	(123.773)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(93.441)	(144.494)
Despesas administrativas		(71.151)	(66.937)
Diversas		(31.315)	(215.677)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>13.672.899</b>	<b>2.335.336</b>
Imposto de renda	11.1.1	(1.356.242)	(705.965)
Contribuição social	11.1.1	(505.679)	(265.298)
Tributos diferidos	11.1.2	436.081	407.579
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>		<b>12.247.059</b>	<b>1.771.652</b>
Participação nos resultados	12.5	(65.928)	(77.287)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>12.181.131</b>	<b>1.694.365</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)</b>	14	<b>12.181</b>	<b>1.694</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

	2021	2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.181.131</b>	<b>1.694.365</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>	<b>(641.577)</b>	<b>2.247.695</b>
Outros resultados abrangentes de coligadas	(641.577)	2.247.695
<b>Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>	<b>623.150</b>	<b>3.989.200</b>
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	1.004.246	6.821.132
Efeito fiscal	(591.640)	(2.863.971)
Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego	219.169	43.840
Efeito fiscal	(8.625)	(11.801)
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(18.427)</b>	<b>6.236.895</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.162.704</b>	<b>7.931.260</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota Explicativa	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas		
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		<b>60.344.504</b>	<b>812.519</b>	<b>268.341</b>	<b>863.113</b>	<b>8.517.824</b>	<b>35.284.318</b>	<b>930.799</b>	<b>-</b>	<b>107.021.418</b>
Dividendos complementares - exercícios 2018 e 2019	14.4	-	-	-	-	(8.517.824)	-	-	-	(8.517.824)
Ajustes de avaliação patrimonial	14.2	-	-	-	-	-	3.989.200	2.247.695	-	6.236.895
Realização de instrumentos patrimoniais designados	14.3	-	-	-	-	-	(10.231.394)	-	10.231.394	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.694.365	1.694.365
Destinação do resultado	14.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	596.288	-	-	-	-	-	(596.288)	-
. Reserva estatutária		-	-	-	824.135	-	-	-	(824.135)	-
. Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(2.832.368)	(2.832.368)
. Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	7.672.968	-	-	(7.672.968)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>60.344.504</b>	<b>1.408.807</b>	<b>268.341</b>	<b>1.687.248</b>	<b>7.672.968</b>	<b>29.042.124</b>	<b>3.178.494</b>	<b>-</b>	<b>103.602.486</b>
Mutações no exercício		-	596.288	-	824.135	(844.856)	(6.242.194)	2.247.695	-	(3.418.932)
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>		<b>60.344.504</b>	<b>1.408.807</b>	<b>268.341</b>	<b>1.687.248</b>	<b>7.672.968</b>	<b>29.042.124</b>	<b>3.178.494</b>	<b>-</b>	<b>103.602.486</b>
Dividendos complementares - exercício 2020		-	-	-	-	(7.672.968)	-	-	-	(7.672.968)
Ajustes de avaliação patrimonial	14.2	-	-	-	-	-	623.150	(641.577)	-	(18.427)
Realização de instrumentos patrimoniais designados	14.3	-	-	-	-	-	(7.474.232)	-	7.474.232	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	12.181.131	12.181.131
Destinação do resultado	14.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	982.768	-	-	-	-	-	(982.768)	-
. Reserva estatutária		-	-	-	(1.687.248)	-	-	-	1.687.248	-
. Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(4.668.148)	(4.668.148)
. Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	15.691.695	-	-	(15.691.695)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>60.344.504</b>	<b>2.391.575</b>	<b>268.341</b>	<b>15.691.695</b>	<b>22.191.042</b>	<b>2.536.917</b>	<b>2.536.917</b>	<b>-</b>	<b>103.424.074</b>
Mutações no exercício		-	982.768	-	(1.687.248)	8.018.727	(6.851.082)	(641.577)	-	(178.412)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

	2021	2020
<b>RECEITAS</b>	<b>15.752.528</b>	<b>18.347.374</b>
Intermediação financeira	2.367.405	1.608.760
Resultado bruto da realização de instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.854.288	16.221.350
Outras receitas	1.530.835	517.264
<b>DESPESAS</b>	<b>(314.274)</b>	<b>(546.533)</b>
Intermediação financeira	-	(13.307)
Outras despesas	(314.274)	(533.226)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(162.744)</b>	<b>(348.957)</b>
Materiais, energia e outros	(6.198)	(7.403)
Serviços de terceiros	(58.324)	(50.209)
Reversão (constituição) de provisão para perda de valores ativos	(98.222)	(291.345)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>15.275.510</b>	<b>17.451.884</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(4.914)</b>	<b>(6.356)</b>
Depreciação	(4.914)	(6.356)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>15.270.596</b>	<b>17.445.528</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>11.102.209</b>	<b>1.970.297</b>
Resultado de equivalência patrimonial	4.304.061	16.564
Dividendos e juros sobre capital próprio	6.798.148	1.953.733
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>26.372.805</b>	<b>19.415.825</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>26.372.805</b>	<b>100,0%</b>
Pessoal e encargos	476.070	1,8%
- Remuneração direta	294.502	545.568
- Benefícios	143.949	340.755
- FGTS	22.855	148.490
- Outros	14.764	31.894
Participação nos resultados	65.928	24.429
Impostos, taxas e contribuições	6.173.729	77.287
- Federais	6.171.308	0,4%
- Estaduais	2	35,4%
- Municipais	2	
Aluguéis	2.419	2.828
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.715	2.969
Lucros retidos	4.668.148	2.832.368
	14.987.215	56,9%
		9.093.391
		46,8%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fjp.gazetasp.com.br>



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	13.672.899	2.335.336
Ajustes ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.709.348	10.266.127
Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	(116.073)	310.065
Constituição das provisões trabalhistas e civis	142.889	123.773
Resultado de participações em coligadas	(4.304.061)	(16.564)
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.474.232	10.231.394
Constituição da provisão para perdas de investimentos	214.295	(18.720)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	298.066	(363.821)
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>2.066.457</b>	<b>5.709.458</b>
. (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	458.097	(136.514)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	2.392.598	5.701.307
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	86.201	730.188
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	3.398.429	4.910.325
. IR e CSLL pagos	(4.268.868)	(5.495.848)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais</b>	<b>19.448.704</b>	<b>18.310.921</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
. Venda de investimentos	1.406.256	-
. Compra de investimentos	(339.813)	(9.783)
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital social de coligadas	1.789.322	330.837
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>2.855.765</b>	<b>321.054</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
. Dividendos pagos	(10.597.853)	(11.171.902)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(10.597.853)</b>	<b>(11.171.902)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.706.616</b>	<b>7.460.073</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.923.297	31.463.224
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50.629.913	38.923.297
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.706.616</b>	<b>7.460.073</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marcelo Serfaty - Presidente  
Walter Baer de Araújo Filho  
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz  
Sônia Aparecida Consiglio  
Pedro Maciel Capelutti  
Marcelo Pacheco dos Guarans  
João Laudo de Camargo  
Heloisa Belotti Bedicks  
Fábio de Barros Pinheiro  
Joisa Campanher Dutra Saraiva

**CONSELHO FISCAL**

Pricilla Maria Santana – Presidente  
Marília Moreira Garcez  
Diogo Mac Cord de Faria  
Antônio Simões Branco Junior - Suplente

**COMITÊ DE AUDITORIA**

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente  
Maria Salete Garcia Pinheiro  
Paulo Marcelo de Miranda Serrano

**DIRETORIA**

Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente  
Bianca Nasser Patrocínio  
Bruno Caldas Aranha  
Bruno Laskowsky  
Claudimir Brito Pereira  
Fábio Almeida Abrahão  
Ricardo Wering de Barros  
Rodrigo Donato de Aquino  
Saulo Benigno Puttini  
Solange Paiva Vieira

**SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA**

Patrícia da Silva Barros

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

Marcos Paulo Pereira da Silva – CRC RJ 097.092/O-9

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar  
Botafogo/Rio de Janeiro | RJ | Brasil  
T +55 21 3512-4100  
www.grantthornton.com.br

Aos  
Acionistas, conselheiros e administradores da BNDES Participações S.A.  
Brasília – DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Valorização e reconhecimento de ativos financeiros**

Conforme descrito nas notas explicativas de nº 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4, 4.1, 4.2, 5, 6, 7, 8.1 e 8.2, a Companhia mantém ativos financeiros, classificados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado (VJDR) e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), que totalizam R\$ 102.427.020 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 104.962.776 mil em 31 de dezembro de 2020). Determinados instrumentos financeiros avaliados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 5.569.005 mil (R\$ 6.893.992 mil em 2020), e que correspondem a 5,44% do ativo total (6,57% em 2020), estão sujeitos a um nível maior de incerteza, uma vez que a Companhia faz uso de diferentes técnicas de avaliação que envolvem premissas com certo grau de subjetividade, além de premissas próprias da administração para estimativa desses valores, que poderiam ser modificados significativamente em virtude dos valores e prazos previstos para realização desses instrumentos financeiros. Dessa forma, esse assunto foi, novamente, considerado como significativo e crítico para a nossa auditoria do exercício corrente.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Com base em nossos procedimentos de auditoria, verificamos os principais controles estabelecidos para a valorização desses instrumentos financeiros, bem como a aprovação dos respectivos modelos pela administração da Companhia. Selecionamos uma amostra dos citados instrumentos financeiros e adotamos a seguinte abordagem: (a) com o apoio de nossos especialistas internos, analisamos a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela administração em relação à metodologia e premissas independentes usualmente praticadas no mercado; (b) comparamos os resultados obtidos com os valores apurados pela Companhia; (c) realizamos o recálculo das provisões para perdas de crédito esperadas com base nos modelos de negócios implementados; e; (d) verificamos os registros contábeis dessas provisões para perdas de crédito esperadas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, revisamos o valor justo de instrumentos financeiros híbridos sujeitos a um nível maior de incerteza, em virtude da dependência de técnicas de avaliação baseadas em modelos internos da Companhia, com utilização de premissas complexas e subjetivas. Nossos procedimentos incluíram, também, a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia às demonstrações financeiras descritas nas referidas notas explicativas.

Com base na abordagem da nossa auditoria, nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis as premissas e a metodologia utilizadas pela administração da Companhia para a mensuração e apresentação dos instrumentos financeiros, seus respectivos registros contábeis e divulgação no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**PARECER CONSELHO FISCAL (Nº. 01 / 2022)**

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (CNPJ: 00.383.281/0001-09 e NIRE 533.0000.2371), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso I do Estatuto da BNDESPAR, c/c Art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, e, com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Informação Padronizada ACO/DEPCO nº 02/2022, e respectivos anexos, que assinalou terem sido as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como com as práticas contábeis específicas determinadas no Caderno de Práticas Contábeis do Sistema BNDES e foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes; ii) Nota Referencial AJ/1/JUFIT 02/2021, a qual expõe as orientações jurídicas gerais direcionadas aos Departamentos responsáveis por elaborar e por encaminhar as demonstrações financeiras das empresas do Sistema BNDES às alçadas decisórias competentes; iii) Relatório Comitê de Auditoria do Sistema BNDES – 2º Semestre de 2021, de 22/02/2022, que concluiu que as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira das instituições em seus aspectos relevantes; e iv) Relatório dos Auditores Externos GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES, de 24/02/2022, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDESPAR em 31/12/2021, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Na mesma ocasião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso II do Estatuto da BNDESPAR, c/c Art. 163, inciso III da Lei Nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e do saldo das contas de lucros acumulados, no montante de R\$ 19.655.363.464,02 (dezenove bilhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos),

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou o uso desse conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham uma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não como objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

• obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornece também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1

já contemplada nas referidas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 982.768.173,20 (novecentos e oitenta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, cento e setenta e três reais e vinte centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- reversão de Reserva Estatutária, com a finalidade de compatibilização de práticas contábeis, no montante de R\$ 1.687.248.137,52 (um bilhão, seiscentos e oitenta e sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos);
- 25% do lucro líquido ajustado, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 4.668.148.822,71 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e oito milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), a título de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$ 15.691.694.605,63 (quinze bilhões, seiscentos e noventa e um milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e três centavos), a título de dividendos complementares.

Examinou, outrossim, tendo em vista o disposto no art. 4º, §5º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Estudo Técnico sobre as obrigações e créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e, com base em seu exame, entende que os créditos tributários da BNDESPAR, em 31/12/2021, estão registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 599/2009, bem como com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2022

Pricilla Maria Santana

Diogo Mac Cord de Faria

Marília Moreira Garcez



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S. Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fjp.gazetasp.com.br>


**MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA BNDES PARTICIPAÇÕES S/A –  
BNDESPAR 2º SEMESTRE 2021**

O Comitê de Auditoria realizou 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 6 (seis) reuniões extraordinárias no período de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, e participou das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscais das três companhias que compõem o Sistema BNDES, além de reuniões com as Diretorias Executiva e com o Comitê de Riscos, e de ter cumprido jornadas individuais previstas em seu Regimento Interno. No decorrer do semestre, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras e ao acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e da correção de fragilidades e de falhas pontuais.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela BNDES Participações S/A - BNDESPAR, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à Auditoria Interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos da BNDES Participações S/A - BNDESPAR.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos da BNDES Participações S/A - BNDESPAR e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

- O sistema de controles internos da BNDES Participações S/A - BNDESPAR mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e de permitir ações corretivas tempestivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira da BNDES Participações - BNDESPAR no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. Apesar disso, o Comitê entende que a Diretoria deve continuar investindo no aprimoramento dos processos corporativos e na atualização tecnológica, a fim de proporcionar uma gestão mais eficiente dos processos internos e a mitigação de riscos relevantes inerentes aos negócios;
- A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função. No período em pauta, concentrou esforços na realização de trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades - PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União - CGU, e os decorrentes de demandas legais;
- Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e a efetividade da atuação da Grant Thornton Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria externa contratados para a BNDES Participações S/A - BNDESPAR, tendo a companhia cumprido os cronogramas de realização das revisões das demonstrações financeiras e os trabalhos realizados no período mostraram-se adequados às necessidades da BNDES Participações S/A.
- A Ouvidoria atua de forma efetiva, dando o devido tratamento às mensagens e denúncias recebidas, acompanhando

a solução dos problemas a ela encaminhados e elaborando adequadamente os relatórios de atividades, que são avaliados pelo Comitê de Auditoria pelo Conselho de Administração;

- A Instituição mantém planos de benefícios definidos administrados por entidade fechada de previdência privada, avaliando o Comitê que é necessário manter o acompanhamento sistemático sobre os parâmetros dos cálculos atuariais, a performance do valor justo dos ativos, a gestão de investimentos e os resultados do plano de benefício (PBB), bem como do Plano de Assistência e Saúde (PAS), reforçando o processo de supervisão, sob responsabilidade da Diretoria Executiva da BNDES Participações S/A - BNDESPAR, não apenas para solução de apontamentos emitidos pela Auditoria Interna, mas também para aprimorando da governança e das práticas de supervisão, alinhando-as as melhores práticas de mercado
- As Demonstrações Contábeis da BNDES Participações S/A - BNDESPAR, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em seus aspectos relevantes;
- A Política de Transações com Partes Relacionadas é revista anualmente, sendo devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, não tendo o Comitê de Auditoria tomado conhecimento de transações efetivadas no período que estejam em desacordo com as normas pertinentes e a política aprovada, tendo a Auditoria Interna identificado oportunidades de melhoria no ambiente de controle e governança do processo corporativo relacionadas à identificação e reporte das transações com partes relacionadas que estão em fase de implementação pela Instituição; e
- Não há situações relevantes nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis da BNDES Participações S/A - BNDESPAR, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 da BNDES Participações S/A - BNDESPAR, acompanhados dos Relatórios dos Auditores Independentes que serão emitidos sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Fábio de Barros Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria – Presidente/Coordenador

Maria Salete Garcia Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Membro do Comitê de Auditoria

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE E  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Interessada: **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR**  
C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09NIRE: 533.0000.2371  
Avenida República do Chile, 100 - parte 20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2021 e Relatório dos Auditores Externos.

Referência: ARTIGO 25, §1º, V E VI, da INSTRUÇÃO CVM Nº 480, de 07.12.2009; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO nº 02/2022 de 18/02/2022 e

PARECER sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES. A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43, inciso XIV do Estatuto da BNDES, declara que:

- reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Externos GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e
- reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Ricardo Wering de Barros

Rodrigo Donato de Aquino

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Laskowsky

Fábio Almeida Abraão

Saulo Benigno Puttini

Solange Paiva Vieira

Bruno Caldas Aranha

Claudenir Brito Pereira

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – FINAME  
Exercício de 2021**
**SENHOR AÇIONISTA E DEMAIS INTERESSADOS:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**1. FINAME**

A FINAME, criada em 1966, é uma empresa pública federal, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dedicada ao financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos.

A FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas com o objetivo de atender às exigências financeiras da comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País, concorrer para expansão da produção nacional de máquinas e equipamentos, mediante facilidade de crédito aos respectivos produtores e aos usuários, financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País e financiar e fomentar a exportação de máquinas e equipamentos industriais de fabricação brasileira.

**2. CENÁRIO MACROECONÔMICO**

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, e de forma desigual por setores e por regiões geográficas.

Estados Unidos e China foram os principais motores da economia mundial em 2021, com crescimento no ano da ordem de 6% e de 8% respectivamente. Os dois países se depararam com reverses ao longo do ano: os EUA enfrentaram momentos de recrudescimento da pandemia com a chegada da variante delta, no terceiro trimestre; e a China defrontou-se com as crises domésticas nos setores de construção, de logística e de energia.

A recuperação da atividade foi acompanhada em todo o mundo por uma elevação nos preços ao produtor e ao consumidor. Além da retomada das atividades, que trouxe consigo um aumento na demanda por bens e serviços, o fenômeno inflacionário global foi acentuado pelo surgimento de gargalos produtivos, originados na escassez de insumos (inclusive mão-de-obra), em dificuldades na logística internacional, e na desorganização das cadeias produtivas, em especial aquelas mais internacionalizadas.

Dada a implementação de instrumentos variados de mitigação dos efeitos da pandemia sobre a renda disponível das populações em diversos países, houve também uma elevação na dívida pública em âmbito mundial. Esse aspecto, junto com a perspectiva cada vez mais próxima, em função da inflação alta, de elevação nos juros internacionais, se traduziu em um ambiente externo crescentemente desafiador para os países em desenvolvimento em 2021.

O Brasil está inserido nesse contexto geral. Estima-se que o crescimento do PIB em 2021 tenha sido ao redor de 4,5% (Relatório Focus do Banco Central de 7 de janeiro de 2022). Ao mesmo tempo, a crise hídrica e o padrão heterogêneo da retomada da economia brasileira contribuíram para elevações representativas nos preços de certos grupos de produtos, bens e serviços no país ao longo de 2021. A inflação medida pelo IPCA alcançou 10,06% no ano. Para moderar o ritmo de alta nos preços, a Selic (taxa de juros de referência do Bacen), que iniciou 2021 a 2,0% ao ano, foi sendo progressivamente elevada a partir de março, encerrando 2021 a 9,25% ao ano. O Real desvalorizou-se em cerca de 7% em 2021.

O avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por covid-19 no Brasil e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que atingiu 14,9% no primeiro trimestre do ano, passou a cumprir trajetória cadente a partir de abril, ficando em 12,1% no trimestre encerrado em outubro de 2021, com 12,9 milhões de pessoas desocupadas (dados disponibilizados pelo IBGE em 28/12/2021).

Na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2020, o contingente de ocupados no país aumentou em 8,7 milhões de trabalhadores. O nível de ocupação subiu para 54,6% no trimestre encerrado em outubro de 2021, o maior desde o início da pandemia. O trabalho informal teve contribuição relevante para o aumento da população ocupada: os trabalhadores por conta própria compõem a categoria que mais se expandiu na variação em um ano (mais 3,5 milhões). Em seguida, estão os empregados com carteira assinada (mais 2,6 milhões), e os trabalhadores sem carteira assinada (mais 2,0 milhões).

Apesar do quadro geral de recuperação econômica no Brasil em 2021, os dados do segundo semestre da atividade econômica indicam uma desaceleração na indústria e no comércio. Parte disso se deve, na indústria, a dificuldades de normalização da produção em virtude da já referida desorganização das cadeias de suprimento globais, que deve persistir até meados de 2022. No comércio, pesa o efeito do deslocamento da demanda por bens para o setor de serviços, devido à reabertura da economia. Observa-se ainda uma deterioração do consumo das famílias em virtude do baixo dinamismo da massa de rendimento real, com recuo de 1,9% na comparação do trimestre encerrado em outubro de 2021 com aquele encerrado em outubro de 2020. Ainda não está claro qual será o ritmo de crescimento em 2022. De um lado, espera-se a continuidade da normalização das atividades e da melhora gradual do nível de ocupação, com os serviços seguindo como o principal setor a contratar mão-de-obra; de outro, acumulam-se fatores de incerteza, como a aversão ao risco dos mercados internacionais influenciando o dólar, a inflação, e a política monetária doméstica. Persiste ainda algum risco de novas ondas de contágio pelo coronavírus com o aparecimento de novas variantes, como no caso da ômicron. A mediana das estimativas de mercado para o PIB do Brasil em 2022 está em 0,28% (Relatório Focus, de 07/01/2022).

A procura por recursos do BNDES manteve-se relativamente estável em 2021. Para 2022, de forma a proporcionar caminhos para uma retomada da economia sustentável a médio e longo prazo e com aumento de emprego, o nível de investimentos no Brasil deve se expandir, e com ele a demanda por recursos do Banco. As iniciativas do Governo Federal nas concessões e privatizações e em prol de melhorias no ambiente de negócios vêm contribuindo para o aumento no nível esperado de inversões nos setores de infraestrutura no Brasil, o que traz ganhos de produtividade e competitividade sistêmica. Para uma recuperação duradoura do dinamismo, é fundamental, portanto, a realização de aportes em máquinas, equipamentos e instalações, para o qual o BNDES contribui com crédito às grandes empresas, apoiando a atualização, renovação e expansão do parque industrial de bens de capital em segmentos industriais variados; e também às MPME, que são importantes geradoras de emprego no país. O BNDES continuará a aperfeiçoar sua parceria com as instituições públicas e privadas e com as empresas brasileiras para a promoção do desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e realização de investimentos no país. Esse cenário geral indica que a demanda por recursos do BNDES crescerá em 2022.

**3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**


A FINAME registrou incremento de 161,4% no lucro de 2021 em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, de reversão de provisão para risco de crédito, oriunda da melhora da classificação de risco de empresas do setor aéreo e de recuperações de crédito. Ademais, o lucro foi impactado pela redução das despesas gerais, administrativas e outras, em especial da provisão para processos contenciosos judiciais e administrativos e provisão para ajuste de investimento (*impairment*), ambas registradas somente em 2020.

As informações financeiras detalhadas a seguir, bem como os principais indicadores apresentados, foram preparadas de acordo com as disposições da legislação societária e das normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, bem como subsidiariamente com as normas não conflitantes da Comissão de Valores Mobiliários.

**3.1. Principais Indicadores**

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais	
	2021	2020 (%)
Produto de Intermediação Financeira	1.816	2.047 (11,3)
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	462	(469) (198,5)
Despesas Administrativas e Gerais	(311)	(722) (56,9)
Despesas Tributárias	(93)	(97) (4,5)
Tributos sobre o Lucro	(879)	(356) (146,9)
Participação dos Empregados no Lucro	(33)	(35) (5,7)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido (LL)</b>	<b>962</b>	<b>368</b> <b>(161,4)</b>

Posição Financeira	R\$ milhões, exceto percentuais	
	2021	2020 (%)
<b>Ativo Total (AT)</b>	<b>94.069</b>	<b>90.090</b> <b>4,4</b>
Carteira de Crédito e Repasses, líquida	89.977	88.552 1,6
Disponibilidades	2.613	276 846,7
Créditos perante o Tesouro Nacional	900	595 51,3
Outros Ativos	579	667 (13,2)
Mútuos BNDES	76.791	73.795 4,1
Outras Obrigações	1.607	1.485 (8,2)
Patrimônio Líquido (PL)	15.671	14.810 5,8

Índices Financeiros	R\$ milhões, exceto percentuais	
	2021	2020 (%)
Índice de Inadimplência (30 dias)	0,00%	0,00%
Provisão/Carteira Total	0,74%	0,99%
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	16,66%	16,44%

Rentabilidade	R\$ milhões, exceto percentuais	
	2021	2020 (%)
Retorno s/ Ativos (LL/AT médio)	1,04%	0,40%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL médio)	6,31%	2,45%

\*O cálculo do retorno considera a média aritmética dos saldos iniciais e finais do Ativo e do PL dos respectivos períodos.

**3.2. Resultado**

A FINAME registrou lucro líquido de R\$ 962 milhões em 2021, o que representou um aumento de R\$ 594 milhões (161,4%) em relação a 2020, devido, principalmente, à reversão de provisão para risco de crédito e à redução das despesas gerais e administrativas.

O resultado com provisão para risco de crédito passou de uma despesa de R\$ 469 milhões em 2020 para uma receita de R\$ 462 milhões em 2021, sobretudo, em razão da melhora da classificação de risco de empresas do setor aéreo e de agentes financeiros, bem como da recuperação de créditos no ano.

A redução de R\$ 411 milhões nas despesas gerais e administrativas em comparação com 2020 decorre, em parte, de registro de provisão para processos contenciosos judiciais e administrativos e de provisão para ajuste de investimentos naquele ano. Ademais, em 2021 houve reversão da participação da FINAME no rateio das despesas administrativas do Sistema BNDES, apurado com base no resultado de intermediação financeira do ano anterior, de 14% em 2020 para 13% em 2021, com impacto na redução das despesas com pessoal e nas outras despesas gerais e administrativas.

As despesas tributárias, as quais referem-se basicamente a PIS e COFINS sobre o produto da intermediação financeira, às alíquotas de 0,65% e 4%, permaneceram estáveis entre os exercícios.

Em relação aos tributos sobre o lucro, observa-se incremento de R\$ 522 milhões (146,4%) em relação a 2020, seguindo a tendência do resultado antes da tributação. Adicionalmente, a majoração da alíquota da CSLL, de 20% para 25% no segundo semestre de 2021, também contribuiu para o aumento da despesa de tributos sobre o lucro em relação ao exercício anterior. Os créditos tributários registrados em 2021 estão relacionados, principalmente, à despesa com provisão para risco de crédito.

**3.3. Posição Financeira**

O ativo total alcançou R\$ 94,069 bilhões em 31/12/2021, registrando aumento de R\$ 3,979 bilhões (4,4%) em relação ao saldo em 31/12/2020, decorrente principalmente do crescimento das disponibilidades e da carteira de crédito e repasses.

O crescimento das disponibilidades é explicado pelo retorno da carteira e por ingressos de recursos oriundos do mútuo com o BNDES, atenuado pelas liberações de crédito no período.

A carteira de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, alcançou R\$ 89,977 bilhões em 31/12/2021, dos quais R\$ 62,803 bilhões (69,8%) representados por operações indiretas, cujo risco de crédito é assumido pelos agentes financeiros repassadores de recursos, e R\$ 27,173 bilhões (30,2%), por operações diretas, com risco da FINAME.

O incremento de R\$ 1,425 bilhão (1,6%) da carteira reflete apropriação de juros e variação cambial (R\$ 6,4 bilhões), atenuado pelo retorno líquido das operações (recebimentos superiores aos desembolsos) de R\$ 5,3 bilhões.

Reflexo do contínuo compromisso e zelo na aplicação dos recursos públicos, a carteira de operações de crédito e repasses da FINAME permanece com excelentes indicadores. Do total da carteira, 99,96% estão classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 91,9% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para a última data disponível (30/09/2021). Em 31/12/2021, a FINAME não apresentava créditos inadimplentes em sua carteira de crédito e repasses, e a inadimplência média do SFN foi de 2,30%.

Os direitos vinculados ao Tesouro Nacional (TN) representam valores a receber referentes à equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e PSI. O aumento de R\$ 305 milhões (51,3%) em 2021 decorre do reconhecimento de direitos a receber em volume superior aos pagamentos realizados pelo Tesouro Nacional.

Quanto às fontes de recursos, em 31/12/2021 os mútuos com o BNDES representavam a única dívida onerosa da FINAME. O incremento de R\$ 2,996 bilhões (4,1%) do saldo neste ano reflete o ingresso de R\$ 3,000 bilhões em recursos, juros e atualização monetária de R\$ 5,317 bilhões e o efeito da valorização cambial de R\$ 1,691 bilhão nos contratos em moeda estrangeira, resultante da valorização do dólar norte-americano no exercício. Tais efeitos foram atenuados por liquidações de principal e juros de R\$ 7,012 bilhões.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 15,671 bilhões em 31/12/2021, um crescimento de R\$ 861 milhões (5,8%) no ano, decorrente, principalmente, do lucro líquido de R\$ 962 milhões, atenuado pelo registro dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício no montante de R\$ 228 milhões.

A proposta de distribuição do lucro líquido de 2021 contempla:

- ✓ constituição de reserva legal, no montante de R\$ 48 milhões;
- ✓ proposta de dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, no valor de R\$ 228 milhões; e
- ✓ proposta de dividendos complementares, equivalentes a 75% do lucro líquido ajustado, no montante de R\$ 686 milhões.

**4. AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo indispensável apoio e confiança.

\*Na data base de 31/12/2021.



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fjp.gazetasp.com.br>

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

	Nota Explicativa	2021	2020		Nota Explicativa	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>26.167.730</b>	<b>23.708.949</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.233.427</b>	<b>1.953.946</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	7	<b>2.613.383</b>	<b>275.920</b>	<b>OBRAÇÕES POR REPASSES</b>	5	<b>1.127.302</b>	<b>1.060.591</b>
Aplicações em operações compromissadas		2.613.383	275.920	Repasse com o BNDES		1.127.302	1.060.591
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	8	<b>60.696</b>	<b>45.463</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>1.106.125</b>	<b>893.355</b>
Títulos públicos		41.097	36.532	Fundos financeiros e de desenvolvimento		51.733	25.408
Cotas de fundos de investimento		19.599	8.931	Dividendos a pagar	6.3	228.580	87.286
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	3	<b>20.002.503</b>	<b>20.400.710</b>	Impostos e contribuições sobre o lucro		662.091	619.597
Repasse interfinanceiros		20.076.538	20.485.344	Provisões trabalhistas e cíveis	10	3	52
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(74.035)	(84.634)	Outros impostos e contribuições		11.136	8.473
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	3	<b>3.477.562</b>	<b>2.979.904</b>	Passivo atuarial	11.1 e 12.4	29.773	24.544
Operações de crédito		3.533.664	3.058.470	Vinculadas ao Tesouro Nacional	12.2	2.174	10.168
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(56.102)	(78.566)	Depósitos a apropriar		39.336	38.971
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>13.586</b>	<b>6.952</b>	Diversas		81.299	78.856
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações		6.135	-	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>76.165.217</b>	<b>73.326.096</b>
Diversos		7.451	6.952	<b>OBRAÇÕES POR REPASSES</b>	5	<b>75.663.289</b>	<b>72.734.010</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>67.901.641</b>	<b>66.381.427</b>	Repasse com o BNDES		75.663.289	72.734.010
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>67.901.641</b>	<b>66.381.427</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>501.928</b>	<b>592.086</b>
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	3	<b>42.995.548</b>	<b>44.776.984</b>	Fundos financeiros e de desenvolvimento		222.586	195.252
Repasse interfinanceiros		43.154.688	44.962.745	Provisões trabalhistas e cíveis	10	7.104	6.300
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(159.140)	(185.761)	Passivo atuarial	11.1 e 12.4	268.532	390.534
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	3	<b>23.501.368</b>	<b>20.394.606</b>	Impostos e contribuições diferidos		3.706	-
Operações de crédito		23.880.508	20.932.317	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	6	<b>15.670.727</b>	<b>14.810.334</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(379.140)	(537.711)	Capital social		14.184.281	14.184.281
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>1.404.725</b>	<b>1.209.837</b>	Reservas de lucros		1.499.288	765.429
Créditos tributários	9.2	501.451	611.842	Reserva legal		530.161	482.039
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	4	900.419	595.271	Reserva de incentivos fiscais		21.534	21.534
Incentivos fiscais		2.150	2.150	Remuneração adicional proposta		947.593	261.856
Diversos		705	574	Ajustes de avaliação patrimonial		(12.842)	(139.376)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>94.069.371</b>	<b>90.090.376</b>	Própria		(12.842)	(139.376)
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>94.069.371</b>	<b>90.090.376</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

	Nota explicativa	2º Semestre de 2021	2021	2020
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>6.326.146</b>	<b>8.833.913</b>	<b>10.358.305</b>
Operações de crédito e repasse interfinanceiros				
. Moeda nacional		3.329.426	6.171.045	4.641.796
. Moeda estrangeira		2.905.700	2.522.925	5.648.849
Resultado com títulos e valores mobiliários		91.020	139.943	67.660
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(5.159.036)</b>	<b>(6.555.429)</b>	<b>(8.779.752)</b>
Repasse				
. Moeda nacional		(2.710.516)	(4.986.632)	(3.175.219)
. Moeda estrangeira		(2.664.072)	(2.030.534)	(5.113.673)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.7	215.552	461.737	(468.766)
Reversão (constituição)		(27.859)	218.255	(473.159)
Recuperação de créditos baixados		243.411	243.482	4.393
Resultado da carteira de câmbio		-	-	(22.094)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.167.110</b>	<b>2.278.484</b>	<b>1.578.553</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(213.801)</b>	<b>(404.436)</b>	<b>(818.924)</b>
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	-	(53.235)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	10	(199)	(756)	(502)
Despesas tributárias		(51.264)	(93.024)	(97.424)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio		255	(513)	(14.915)
Despesas com pessoal		(142.885)	(267.277)	(278.279)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		9.924	10.668	3.473
Despesas administrativas		(23.924)	(39.877)	(33.126)
Outras despesas operacionais		(17.169)	(25.149)	(346.821)
Outras receitas operacionais		11.461	11.492	1.905
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>953.309</b>	<b>1.874.048</b>	<b>759.629</b>
Imposto de renda	9.1	(238.700)	(408.064)	(419.131)
Contribuição social	9.1	(232.868)	(368.403)	(320.008)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	9.2	11.558	(102.178)	382.114
<b>RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS</b>		<b>493.299</b>	<b>995.403</b>	<b>402.604</b>
Participação nos resultados		(32.964)	(32.964)	(35.087)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>		<b>460.335</b>	<b>962.439</b>	<b>367.517</b>
Quantidade de Ações		589.580.236	589.580.236	589.580.236
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)</b>		<b>0,780784</b>	<b>1,632414</b>	<b>0,623354</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

	2º Semestre de 2021	2021	2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>460.335</b>	<b>962.439</b>	<b>367.517</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	-	-	8.310
<b>Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:</b>			
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	69.947	126.534	23.796
Efeito fiscal	82.186	138.453	27.647
	(12.239)	(11.919)	(3.851)
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>69.947</b>	<b>126.534</b>	<b>32.106</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>530.282</b>	<b>1.088.973</b>	<b>399.623</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota Explicativa	Capital social		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Remuneração adicional proposta	Reserva de incentivos fiscais			
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		<b>12.833.987</b>	<b>885.425</b>	<b>463.664</b>	<b>464.869</b>	<b>724.192</b>	<b>21.534</b>	<b>(171.482)</b>	<b>-</b>	<b>15.222.189</b>
Aumento de capital		1.350.294	(885.425)	-	(464.869)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	6.3	-	-	-	-	(724.192)	-	-	-	(724.192)
Ajustes de avaliação patrimonial	6.2	-	-	-	-	-	-	32.106	-	32.106
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	367.517	367.517
Destinação do resultado	6.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	18.375	-	-	-	-	(18.375)	-
. Remuneração adicional proposta - dividendos complementares		-	-	-	-	261.856	-	-	(261.856)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(87.286)	(87.286)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>14.184.281</b>	<b>-</b>	<b>482.039</b>	<b>-</b>	<b>261.856</b>	<b>21.534</b>	<b>(139.376)</b>	<b>-</b>	<b>14.810.334</b>
Mutações no exercício		1.350.294	(885.425)	18.375	(464.869)	(462.336)	-	32.106	-	(411.855)
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>		<b>14.184.281</b>	<b>-</b>	<b>482.039</b>	<b>-</b>	<b>261.856</b>	<b>21.534</b>	<b>(139.376)</b>	<b>-</b>	<b>14.810.334</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	6.2	-	-	-	-	-	-	126.534	-	126.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	962.439	962.439
Destinação do resultado	6.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	48.122	-	-	-	-	(48.122)	-
. Remuneração adicional proposta - dividendos complementares		-	-	-	-	685.737	-	-	(685.737)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(228.580)	(228.580)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>14.184.281</b>	<b>-</b>	<b>530.161</b>	<b>-</b>	<b>947.593</b>	<b>21.534</b>	<b>(12.842)</b>	<b>-</b>	<b>15.670.727</b>
Mutações no exercício		-	-	48.122	-	685.737	-	126.534	-	860.393
<b>Em 1º de julho de 2021</b>		<b>14.184.281</b>	<b>-</b>	<b>482.039</b>	<b>-</b>	<b>261.856</b>	<b>21.534</b>	<b>(82.789)</b>	<b>502.104</b>	<b>15.369.025</b>
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	69.947	-	69.947
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	460.335	460.335
Destinação do resultado	6.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	48.122	-	-	-	-	(48.122)	-
. Remuneração adicional proposta - dividendos complementares		-	-	-	-	685.737	-	-	(685.737)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(228.580)	(228.580)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>14.184.281</b>	<b>-</b>	<b>530.161</b>	<b>-</b>	<b>947.593</b>	<b>21.534</b>	<b>(12.842)</b>	<b>-</b>	<b>15.670.727</b>
Mutações no semestre		-	-	48.122	-	685.737	-	69.947	(502.104)	301.702

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	<b>953.309</b>	<b>1.874.048</b>	<b>759.629</b>
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(215.353)	(460.981)	522.503
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(215.552)	(461.737)	468.766
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	199	756	502
Constituição (reversão) da provisão para ajuste de investimentos	-	-	53.235
<b>Varição de ativos e obrigações</b>	<b>(1.561.248)</b>	<b>1.012.450</b>	<b>(2.154.968)</b>
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(7.185.188)	(963.040)	501.338
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(127.192)	(327.146)	409.951
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	7.372.191	6.008.275	153.929
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	51.484	46.498	6.196
. Juros pagos - de repasse	(1.597.754)	(3.012.285)	(2.573.244)
. IR e CSLL pagos	(74.789)	(739.852)	(653.138)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(823.292)</b>	<b>2.425.517</b>	<b>(872.836)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>			
. Dividendos pagos	-	(88.054)	(980.505)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(88.054)</b>	<b>(980.505)</b>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(823.292)</b>	<b>2.337.463</b>	<b>(1.853.341)</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3.436.675	275.920	2.129.261
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.613.383	2.613.383	275.920
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(823.292)</b>	<b>2.337.463</b>	<b>(1.853.341)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

	2º semestre de 2021	2021	2020
<b>RECEITAS</b>	<b>6.563.339</b>	<b>9.318.066</b>	<b>9.894.918</b>
Intermediação financeira	6.326.146	8.833.913	10.358.305
Outras receitas	21.641	22.416	5.379
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	215.552	461.737	



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente  
Walter Baere de Araújo Filho  
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz  
Sônia Aparecida Consiglio  
Pedro Maciel Capeluppi  
Marcelo Pacheco dos Guaravns  
João Laudo de Camargo  
Heloisa Belotti Bedicks  
Fábio de Barros Pinheiro  
Joisa Campanher Dutra Saraiva

### CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente  
Marília Moreira Garcez  
Diogo Mac Cord de Faria  
Antônio Simões Branco Junior - Suplente

### COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente  
Mária Salete Garcia Pinheiro  
Paulo Marcelo de Miranda Serrano

### DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente  
Bianca Nasser Patrocínio  
Bruno Caldas Aranha  
Bruno Laskowsky  
Claudener Brito Pereira  
Fábio Almeida Abrahão  
Ricardo Wering de Barros  
Rodrigo Donato de Aquino  
Saulo Benigno Puttini  
Solange Paiva Vieira

### SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patrícia da Silva Barros

### CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva – CRC RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME em 31 de dezembro de 2021, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Conforme Notas Explicativas nº 3,5 e 15.5 das demonstrações financeiras.	
<b>Principal assunto de auditoria</b>	<b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b>
A Agência classifica suas operações de crédito e repasses interfinanceiros, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> <li>avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, incluindo as metodologias e os controles relacionados com a classificação das operações nos níveis de risco ("ratings") e as principais premissas utilizadas e a exatidão aritmética do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;</li> <li>avaliação, com base em amostragem, das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Agência, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras, garantias, incluindo a avaliação dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19;</li> <li>avaliação, com base em amostragem, se a Agência atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;</li> <li>avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</li> </ul>
A Agência aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99 a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e complementa, quando necessário, suas estimativas dessa provisão com base em estudos internos.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado os saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações da Agência, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.
A classificação das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros em níveis de risco, bem como a determinação dos percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Agência, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Agência quanto às perdas de crédito dessas carteiras.	
Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, inerentes à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	
<b>2 – Obrigações de benefícios a empregados</b>	<b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b>
Conforme Notas Explicativas nº 11 e 15.10 das demonstrações financeiras.	
<b>Principal assunto de auditoria</b>	<b>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</b>
A Agência patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> <li>avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados;</li> <li>avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e</li> <li>avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.</li> </ul>
A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. A Agência contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.
Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.	

## PARECER CONSELHO FISCAL (Nº. 01 /2022)

O Conselho Fiscal da Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME (CNPJ: 33.660.564/0001-00 e NIRE 333.0000.4877-4), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, incisos III e X do Estatuto Social da FINAME, c/c Art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, e, com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Informação Padronizada ACO/DEPCO nº 03/2022, e respectivos anexos, que assinou terem sido as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, assim como com as práticas contábeis específicas determinadas no Caderno de Práticas Contábeis do Sistema BNDES e foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes; ii) Nota Referencial AJ11/JUFIT 02/2021, a qual expõe as orientações jurídicas gerais direcionadas aos Departamentos responsáveis por elaborar e por encaminhar as demonstrações financeiras das empresas do Sistema BNDES às alçadas decisórias competentes; iii) Relatório do Comitê de Auditoria do Sistema BNDES – 2º Semestre de 2021, de 22/02/2022, que concluiu que as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira das instituições em seus aspectos relevantes; e iv) Relatório dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 24/02/2022, e de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINAME em 31/12/2021, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, inciso V do Estatuto Social da FINAME, c/c Art. 163, inciso III da Lei Nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 962.438.858,81 (novecentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva da Agência, e apresentadas como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Agência. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se as suas formas e conteúdos estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria executiva da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria executiva da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade da Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira Contador

CRC RJ-077911/O-2

cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos), já contemplada nas referidas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 48.121.942,94 (quarenta e oito milhões, cento e vinte e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- 25%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 228.579.228,97 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos), a título de remuneração mínima obrigatória, na forma de Dividendos; e
- R\$ 685.737.686,90 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), constituição de Reserva de Lucros para o pagamento de dividendos complementares.

Examinou, outrossim, tendo em vista o disposto no art. 4º, §5º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Estudo Técnico sobre obrigações e créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL da Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME, e, com base em seu exame, entende que os créditos tributários da FINAME, em 31/12/2021, estão registrados de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2022

Pricilla Maria Santana

Diogo Mac Cord de Faria

Marília Moreira Garcez



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fip.gazetasp.com.br>



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME 2º Semestre de 2021**

O Comitê de Auditoria realizou 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 6 (seis) reuniões extraordinárias no período de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, e participou das reuniões do Conselho de Administração e Fiscal das três companhias que compõem o Sistema BNDES, além de reuniões com a Diretoria Executiva e o Comitê de Riscos, e de ter cumprido jornadas individuais previstas em seu Regimento Interno. No decorrer do semestre, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras e ao acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e da correção de fragilidades e de falhas pontuais.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à Auditoria Interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

- a) O sistema de controles internos da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e de permitir ações corretivas tempestivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. Apesar disso, o Comitê entende que a Diretoria deve continuar investindo no aprimoramento dos processos corporativos e na atualização tecnológica, a fim de proporcionar uma gestão mais eficiente dos processos internos e a mitigação de riscos relevantes inerentes aos negócios;
- b) A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função. No período em pauta, concentrou esforços na realização de trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades - PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União - CGU, e os decorrentes de demandas legais;
- c) Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e a efetividade da atuação da KPMG Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria externa contratados para a Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, tendo a companhia cumprido os cronogramas de realização das revisões das demonstrações financeiras e os trabalhos realizados no período mostraram-se adequados às necessidades da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME;
- d) A Ouvidoria atua de forma efetiva, dando o devido tratamento às mensagens e denúncias recebidas, acompanhando a solução dos problemas a ela encaminhados e elaborando adequadamente os relatórios de atividades, que são avaliados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração;
- e) A Instituição mantém planos de benefícios definidos administrados por entidade fechada de previdência privada,

avaliando o Comitê que é necessário manter o acompanhamento sistemático sobre os parâmetros dos cálculos atuariais, a performance do valor justo dos ativos, a gestão de investimentos e os resultados do plano de benefício (PBB), bem como o Plano de Assistência e Saúde (PAS), reforçando o processo de supervisão, sob responsabilidade da Diretoria da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, não apenas para solução de apontamentos emitidos pela Auditoria Interna, mas também para aprimorando a governança e das práticas de supervisão, alinhando-as as melhores práticas de mercado;

- f) As Demonstrações Contábeis da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em seus aspectos relevantes;
- g) A Política de Transações com Partes Relacionadas é revista anualmente, sendo devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, não tendo o Comitê de Auditoria tomado conhecimento de transações efetivadas no período que estejam em desacordo com as normas pertinentes e a política aprovada, tendo a Auditoria Interna identificado oportunidades de melhoria no ambiente de controle e governança do processo corporativo relacionadas à identificação e reporte das transações com partes relacionadas que estão em fase de implementação pela Instituição; e
- h) Não há situações relevantes nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, acompanhados dos Relatórios dos Auditores Independentes que serão emitidos sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Fábio de Barros Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria – Presidente/Coordenador

Maria Salette Garcia Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Membro do Comitê de Auditoria

Em 25 de fevereiro de 2022, as Demonstrações Financeiras completas foram disponibilizadas no Portal de Relações com Investidores do BNDES no endereço eletrônico <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados>.

Em 21 de março de 2022, foram publicadas na íntegra, em milhares de reais, no Diário Oficial da União - Seção 1, páginas 25 a 150 e hoje, simultaneamente com esta publicação, no endereço eletrônico do jornal Gazeta de S. Paulo (<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br/>).

# Faça as suas publicações legais com a Gazeta

O melhor custo-benefício  
para sua empresa.

- ▶ Editais
- ▶ Balanços
- ▶ Atas
- ▶ Comunicados
- ▶ Avisos



**Anuncie:**  
**11.3729-6600**

[comercial@gazetasp.com.br](mailto:comercial@gazetasp.com.br)  
[www.gazetasp.com.br](http://www.gazetasp.com.br)

**GAZETA DE S. PAULO**



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S. Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://rip.gazetasp.com.br>